

***INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES  
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL***

**2008/2009**



**TII**

**DOCUMENTO DE TRABALHO**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.**

**O PAPEL DOS BRIC NA CONSTRUÇÃO DA NOVA ORDEM MUNDIAL**

**COR CAV TIAGO VASCONCELOS**



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**O PAPEL DOS BRIC NA CONSTRUÇÃO  
DA NOVA ORDEM MUNDIAL**

**COR CAV TIAGO VASCONCELOS**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Lisboa, 2009

Lisboa, 2009



### **Agradecimentos**

Em primeiro lugar, quero agradecer ao meu orientador, Coronel Palhares da Silva, pela forma empenhada como acompanhou o desenvolvimento desta investigação e pelas criteriosas sugestões que formulou desde a fase de elaboração do Plano de Trabalho. O trabalho, em particular o capítulo em que se discutem as implicações para Portugal do crescimento dos BRIC, que nasceu de uma ideia sua, não seria o mesmo sem as suas sugestões.

Quero também agradecer ao Professor Adriano Moreira a disponibilidade para me receber, o aconselhamento sobre algumas questões metodológicas e a exposição da sua perspectiva sobre a problemática da ordem mundial.

Finalmente agradeço a todos os professores, conferencistas e auditores do CPOG que, sem o saberem, fruto das suas exposições, dos seus comentários e das suas perguntas e respostas, me foram fornecendo elementos de informação e pistas de reflexão.

A todos, muito obrigado. Eventuais omissões e erros constantes neste trabalho naturalmente só a mim responsabilizam.



## ÍNDICE

Resumo .....	v
Abstract.....	vi
Palavras-chave .....	vii
Lista de Abreviaturas.....	viii
1. Introdução .....	1
2. Alguns problemas da ordem mundial .....	4
a. O despertar político global: expectativas e potencial de frustração.....	4
b. Segurança energética e alterações climáticas .....	5
c. Interligação dos problemas .....	8
d. Hipóteses de guerra.....	9
e. Síntese conclusiva.....	11
3. Os BRIC: parte do problema ou parte da solução?.....	12
a. A diversidade dos BRIC e a sua posição na hierarquia do poder mundial .....	12
b. Constrangimentos à ascensão dos BRIC.....	14
c. Alguns aspectos dos contextos regionais de cada um dos BRIC.....	16
d. As escolhas com que os BRIC estão confrontados .....	20
e. Síntese conclusiva.....	22
4. Multilateralismo: solução do problema?.....	23
a. Conformação dos BRIC com a ordem internacional .....	23
b. O cenário quase ideal do multilateralismo eficaz .....	26
c. O cenário da desordem mundial .....	27
d. A construção de um multilateralismo eficaz.....	31
e. Síntese conclusiva.....	34
5. Portugal e o crescimento dos BRIC .....	34
a. A circunstância portuguesa .....	34
b. A gestão das interdependências .....	36
c. Riscos e oportunidades .....	37
d. Síntese conclusiva.....	38
6. Conclusões .....	39
Bibliografia.....	41



## **ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 1 – Produção de energia primária em 2006 e projecção para 2030.....	5
Figura 2 – Projecções dos PIB em milhares de milhões de US \$ 2007.....	13
Figura 3 – Conformação com mecanismos de regulação do sistema internacional.....	23
Figura 4 – Conformação com estruturas de diálogo e coordenação inter-regionais.....	25
Figura 5 – Países OCDE, UE e BRIC.....	27
Figura 6 – Padrão de relações bilaterais abrangendo EUA, Europa, Japão e os BRIC...	30

## **ÍNDICE DE APÊNDICES**

Apêndice I –	Glossário de termos e conceitos
Apêndice II –	Indicadores de poder, Indicadores de desenvolvimento e Estrutura do comércio externo dos BRIC
Apêndice III –	Matriz conceptual do TII

## **ÍNDICE DE TABELAS DO APÊNDICE II**

Tabela 1 –	Indicadores de poder
Tabela 2 –	Indicadores de desenvolvimento económico, social e político
Tabela 3 –	Estrutura do comércio externo



## **Resumo**

Um dos maiores desafios dos líderes mundiais contemporâneos é o de gerir sem grandes convulsões, instabilidade ou guerra a mudança para a nova estrutura do sistema internacional que as crescentes capacidades dos chamados BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) permitem antever. Neste contexto, as instituições que regulam as interdependências regionais e globais poderão ter um papel muito importante, tornando mais fácil gerir inevitáveis diferendo, deste modo diminuindo a probabilidade de ocorrência de fenómenos de polarização do sistema internacional.

Neste estudo começamos com uma reflexão sobre os problemas globais da actualidade a que a ordem internacional tem de responder para garantir a estabilidade mundial. Apresentamos a seguir algumas potencialidades dos BRIC que sugerem a assunção de papéis mais interventivos destes países na regulação do sistema internacional; sem esquecer, todavia, alguns factores que condicionam tais papéis. Analisando o grau de conformação dos BRIC com algumas das principais instituições de regulação do sistema internacional, apresentamos dois cenários que visam discutir formas de melhorar o funcionamento da ordem internacional existente. Finalmente, reflectimos sobre oportunidades e riscos para Portugal resultantes dos possíveis cenários.

Concluimos defendendo que se os BRIC assumirem nos mecanismos de regulação do sistema internacional maiores responsabilidades, mais consentâneas com as suas capacidades crescentes e o seu potencial de representatividade e legitimidade, é mais provável que o multilateralismo funcione bem e que a transição para uma nova estrutura de distribuição do poder no sistema decorra sem graves perturbações da ordem mundial. Uma vez que o projectado crescimento económico dos BRIC deverá ser progressivo, e que os quatro países já têm um papel não negligenciável na ordem vigente, a ordem internacional em vigor tem flexibilidade para, com algumas adaptações, acomodar esse crescimento.



### **Abstract**

One of the greatest challenges of contemporary world leaders is to manage without big convulsions, instability or war the change to the new structure of the international system that the growing capabilities of the so called BRIC (Brazil, Russia, India and China) allow to anticipate. In this context, the institutions that regulate regional and global mutual dependences may have a very important role, making it easier to manage unavoidable disagreements, therefore diminishing the likelihood of polarization of the international system.

In this paper we start with a reflection on existing global problems that must be addressed by the international order to assure global stability. Secondly, we present some strengths of BRIC that suggest assumption of more assertive roles by these countries in the regulation of the international system; without forgetting, however, some constraining factors to such roles. Thirdly, analysing conformation of BRIC with some of the main international system regulation institutions, we present two scenarios allowing for discussion of ways to improve functioning of the current international order. Finally, we reflect on risks and opportunities to Portugal resulting from those possible scenarios.

We argue that if BRIC assume a greater share of responsibility in the international system regulation institutions, more adjusted to their growing capabilities and legitimacy, it is more likely that multilateralism works well and that the transition to a new structure of the international system occurs without great turbulence affecting the world order. Given the fact that BRIC economic capabilities should grow progressively, and that they already have a significant role in existing order, international order has flexibility to accommodate, with a few adjustments, the rise of BRIC.





### **Palavras-chave**

- BRIC
- Ordem mundial
- Ordem internacional
- Regulação
- Interdependência



## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>ABM</b>	Tratado sobre Limitação de Mísseis Anti-balísticos ( <i>Treaty on the Limitation of Anti-Ballistic Missile Systems</i> )
<b>ACNUR</b>	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
<b>AGNU</b>	Assembleia Geral das Nações Unidas
<b>AIE</b>	Agência Internacional de Energia
<b>AIEA</b>	Agência Internacional de Energia Atômica
<b>APEC</b>	Fórum de Cooperação Ásia-Pacífico ( <i>Asia-Pacific Economic Cooperation</i> )
<b>ASEAN</b>	Associação das Nações do Sudeste Asiático ( <i>Association of the South East Asian Nations</i> )
<b>ASEAN RF</b>	Fórum Regional da ASEAN ( <i>ASEAN Regional Forum</i> )
<b>BRIC</b>	Brasil, Rússia, Índia e China
<b>CEDEAO</b>	Comunidade Económica de Estados da África Ocidental
<b>CEDN</b>	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
<b>CEI</b>	Comunidade de Estados Independentes
<b>CFE</b>	Tratado sobre Redução de Forças Convencionais na Europa ( <i>Treaty on Conventional Armed Forces in Europe</i> )
<b>CPLP</b>	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
<b>CSNU</b>	Conselho de Segurança das Nações Unidas
<b>CTBT</b>	Tratado de Interdição Total de Testes Nucleares ( <i>Comprehensive Test Ban Treaty</i> )
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FAO</b>	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura ( <i>Food and Agriculture Organisation</i> )
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>GATT</b>	Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio ( <i>General Agreement on Tariffs and Trade</i> )
<b>GMFUS</b>	<i>German Marshall Fund of the United States</i>
<b>G4</b>	Grupo informal dos quatro países “candidatos” a membros permanentes do CSNU no quadro da reforma de 2005 da ONU
<b>G7</b>	Grupo dos sete países mais industrializados do mundo (EUA, Canadá, Japão, Reino Unido, França, Alemanha e Itália)
<b>G8</b>	G7 mais Rússia
<b>G8+5</b>	G8 mais Brasil, Índia, China, África do Sul e México



<b>G20</b>	G8+5 mais Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Coreia do Sul, Indonésia, Turquia e União Europeia
<b>H</b>	Hipótese
<b>IBSA</b>	Fórum Índia, Brasil, África do Sul
<b>ICAO</b>	Organização Internacional de Aviação Civil ( <i>International Civil Aviation Organisation</i> )
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>INF</b>	Tratado sobre a Eliminação de Mísseis de Curto Alcance e Alcance Intermédio ( <i>Treaty on the Elimination of Intermediate-Range and Shorter-Range Missiles</i> )
<b>MERCOSUL</b>	Mercado Comum do Sul
<b>NAFTA</b>	Área de Comércio Livre da América do Norte ( <i>North America Free Trade Area</i> )
<b>NPT</b>	Tratado de Não Proliferação Nuclear ( <i>Nuclear non Proliferation Treaty</i> )
<b>NSG</b>	Grupo de Fornecedores Nucleares ( <i>Nuclear Suppliers Group</i> )
<b>NU</b>	Nações Unidas (o mesmo que UN)
<b>OCDE</b>	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos
<b>OEA</b>	Organização de Estados Americanos
<b>OMC</b>	Organização Mundial do Comércio
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde
<b>OMT</b>	Organização Mundial do Turismo
<b>ONG</b>	Organizações Não Governamentais
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OPEP</b>	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
<b>OSCE</b>	Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa
<b>OTAN</b>	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>OTSC</b>	Organização do Tratado de Segurança Colectiva
<b>PAM</b>	Programa Alimentar Mundial
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PIDCP</b>	Pacto Internacional das Nações Unidas para os Direitos Civis e Políticos
<b>PIDESC</b>	Pacto Internacional das Nações Unidas para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais
<b>PNUD</b>	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
<b>P5</b>	Grupo dos cinco membros permanentes do CSNU
<b>P5+1</b>	P5+Alemanha
<b>QC</b>	Questão Central



<b>QD</b>	Questão Derivada
<b>SAARC</b>	Associação da Ásia do Sul para a Cooperação Regional ( <i>South Asian Association for Regional Cooperation</i> )
<b>SADC</b>	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral ( <i>Southern African Development Community</i> )
<b>SALT</b>	Conversações para Limitação de Armas Estratégicas ( <i>Strategic Arms Limitation Talks</i> )
<b>SCO</b>	Organização de Cooperação de Xangai ( <i>Shanghai Cooperation Organisation</i> )
<b>SIPRI</b>	<i>Stockholm International Peace Research Institute</i>
<b>SORT</b>	Tratado de Redução de Armas Ofensivas ( <i>Strategic Offensive Reduction Treaty</i> )
<b>SPT</b>	Conversações entre as Seis Partes ( <i>Six-party Talks</i> ) para a questão da Coreia do Norte (China, Coreia do Norte, Coreia do Sul, EUA, Japão e Rússia)
<b>START</b>	Tratado de Redução de Armas Estratégicas ( <i>Strategic Arms Reduction Treaty</i> )
<b>TPI</b>	Tribunal Penal Internacional
<b>UA</b>	União Africana
<b>UE</b>	União Europeia
<b>UK</b>	<i>United Kingdom</i>
<b>UKCO</b>	<i>UK Cabinet Office</i> (comparável à Presidência do Conselho de Ministros em Portugal)
<b>UN</b>	Nações Unidas ( <i>United Nations</i> )
<b>UNASUL</b>	União de Nações Sul-americanas
<b>UNCTAD</b>	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento ( <i>UN Conference on Trade and Development</i> )
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura ( <i>UN Educational, Scientific and Cultural Organisation</i> )
<b>UNICEF</b>	Fundo de Crianças das Nações Unidas ( <i>UN Children's Fund</i> )
<b>UNPFA</b>	Fundo de População das Nações Unidas ( <i>United Nations Population Fund</i> )
<b>URSS</b>	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
<b>WEF</b>	Fórum Económico Mundial ( <i>World Economic Forum</i> )
<b>WMDC</b>	<i>Weapons of Mass Destruction Commission</i>



## 1. Introdução

O crescimento económico do Brasil, da Rússia, da Índia e da China (BRIC) nos últimos anos configura, caso estejam correctas as projecções no sentido de que esse crescimento se mantenha<sup>1</sup>, um grande aumento do poder destes quatro países no sistema internacional. Consequentemente, é possível assistirmos nas próximas décadas a uma alteração muito importante da distribuição do poder no mundo.

O problema, porém, é que por diversas vezes no passado uma alteração fundamental na estrutura do sistema internacional traduziu-se em enormes convulsões, instabilidade e guerras que acabaram por envolver as principais potências do sistema. Com efeito, o nascimento de uma nova ordem internacional tem sido frequentemente precedido de grandes guerras, elas próprias consequência de enormes tensões que a ordem anterior não conseguiu acomodar, muitas vezes envolvendo a ascensão de novas potências ou mudanças radicais da estrutura interna e do comportamento de uma ou mais das potências estabelecidas. Assim, a mudança para uma nova ordem internacional poder ser feita “sem antagonismos irreduzíveis e sem uma confrontação global é o maior desafio que a comunidade internacional enfrenta nos tempos mais próximos” (Amado, 2008).

Para isso, os principais actores têm de se entender para que haja ordem no sistema internacional, mormente através de instituições, como são as organizações internacionais, que, regulando as interdependências, tornem mais fácil gerir as divergências, menos frequentes fenómenos de agudização de conflitos e menos provável a desordem mundial<sup>2</sup>.

Assim, o tema a tratar – “*O papel dos BRIC na construção da nova ordem mundial*” – insere-se na área de ensino da Estratégia, visando contribuir para a avaliação do impacto estratégico da ascensão dos BRIC e, fruto desse exercício, para a identificação de oportunidades e riscos para Portugal.

Os diversos factores que a um tempo sugerem e a outro condicionam a assunção de papéis mais interventivos dos BRIC na regulação das interdependências regionais e globais, bem como algumas eventuais consequências deste acrescido protagonismo para Portugal, constituem o objecto deste estudo. Embora não se possam ignorar certas particularidades de cada país, este trabalho não pretende ser a soma de quatro estudos geopolíticos. O foco é no modo de envolver os BRIC na resolução dos problemas do

---

<sup>1</sup> Uma das projecções mais conhecidas é a da Goldman Sachs, publicada pela primeira vez em 2003 (Wilson e Purushothaman, 2003) e entretanto actualizada (Wilson e Stupnytska, 2008).

<sup>2</sup> Ver em Apêndice I – Corpo de Conceitos, conceitos de ordem mundial, ordem internacional, interdependência, regulação do sistema internacional, entre outros.

mundo contemporâneo, na medida em que estes o desejem e o permitam as capacidades crescentes que detêm, fruto da integração das suas economias na economia mundial.

Por outro lado, embora esteja sempre presente neste estudo o facto de a estrutura do sistema internacional condicionar o comportamento dos Estados, procurou-se que o trabalho não fosse uma discussão teórica sobre vantagens e inconvenientes entre sistemas unipolares, bipolares e multipolares. O que, neste caso, se poderia fazer admitindo que estão correctas as projecções que apontam para que o sistema internacional venha a ter, quanto à distribuição do poder, uma configuração multipolar (Zakaria, 2008; NIC, 2008).

Assim, procurar-se-ão atingir os seguintes objectivos:

Enquadrar o crescimento das economias emergentes no vasto conjunto de problemas que afectam a segurança internacional;

Assinalar circunstâncias particulares destes países e dos seus contextos geopolíticos, incluindo o contexto global, que condicionam as suas políticas externas;

Analisar se, com vantagem para a eficácia dos mecanismos de regulação do sistema internacional, os BRIC podem ser institucionalmente melhor envolvidos na solução dos grandes problemas mundiais contemporâneos;

Identificar oportunidades e riscos para Portugal decorrentes dos cenários apresentados.

Como fio condutor da investigação foi definida a seguinte questão central (QC):  
*Como vai a influência crescente dos BRIC reflectir-se na regulação do sistema internacional?*

Desta questão central foram deduzidas as seguintes questões derivadas (QD):

QD1 – Quais os grandes problemas mundiais que enquadram e interagem com o fenómeno do crescimento do poder dos BRIC no sistema internacional?

QD2 – A evolução da situação interna e dos contextos regionais dos BRIC facilitam a sua participação na solução das grandes questões que afectam a ordem mundial?

QD3 – Que papel devem ter os BRIC nos mecanismos de regulação global e dos complexos regionais em que cada um se insere?

QD4 – Para Portugal, as principais possibilidades de evoluções do sistema internacional decorrentes do crescimento dos BRIC configuram oportunidades ou riscos?

Para tratar a QC e as QD foram formuladas as seguintes hipóteses (H) que, caso sejam validadas, no seu conjunto permitirão encontrar a resposta para a QC:



H1 – Os desafios com que a estabilidade do sistema internacional é confrontada hoje favorecem a cooperação entre as potências desenvolvidas e as potências emergentes.

H2 – No futuro, em grande parte dependendo das escolhas dos BRIC e dos outros grandes actores mundiais, o crescimento dos BRIC tanto pode acrescentar problemas como facilitar a solução das grandes questões que afectam a ordem mundial.

H3 – A assunção de maiores responsabilidades por parte dos BRIC, consentâneas com as suas capacidades crescentes e o seu potencial de representatividade e legitimidade, melhora o funcionamento dos mecanismos de regulação do sistema internacional.

H4 – Sendo um processo muito complexo e multifacetado, a ascensão dos BRIC configura simultaneamente oportunidades e riscos para Portugal.

No capítulo 2 faz-se uma reflexão sobre os problemas globais contemporâneos a que a ordem internacional tem de responder para garantir a estabilidade mundial.

No capítulo 3 começamos por assinalar projecções que apontam para o potencial de crescimento das economias dos BRIC. Confrontamo-las de seguida com a actual estrutura de distribuição do poder no sistema internacional, para o que recorremos no Apêndice II a uma amostra dos indicadores que autores como Couto (1988: 256) e Nye (2002: 59) utilizam em estudos estratégicos para fazer a avaliação do poder de um Estado. Procura-se sempre uma comparação entre os BRIC e países do G7, onde, até há pouco tempo, se convencionava estar concentrada a sede do poder económico mundial. Neste contexto, ainda no Apêndice II, utilizamos indicadores de desenvolvimento económico, social e político empregues por agências especializadas das Nações Unidas (NU) e algumas organizações não governamentais (ONG) para avivar o contraste entre os BRIC e os países desenvolvidos. De seguida faz-se uma breve incursão pelos contextos regionais dos BRIC, para assinalar as escolhas com que, de um modo geral, estes países se defrontam.

No capítulo 4 procede-se à análise do grau de conformação dos BRIC com os principais mecanismos de regulação do sistema internacional, a nível global e inter-regional, partindo para a apresentação de dois cenários: um de ordem cooperativa multilateral e um de desordem global. De seguida, discutem-se formas de melhorar o funcionamento da ordem internacional contemporânea ao nível global.

Finalmente, no capítulo 5 reflecte-se sobre oportunidades e riscos para Portugal associados ao diferente grau de concretização dos cenários anteriormente apresentados.

Este percurso metodológico, que seguirá o método dedutivo, com recurso a pesquisa documental e bibliográfica, constitui em si mesmo o modelo de análise que nos

propusemos para estudar o problema e que nos permitirá, de acordo com os objectivos da investigação, apresentar conclusões que, validando as hipóteses, respondam às QD e, respondendo a estas, respondam igualmente à QC (Apêndice III – Matriz Conceptual).

## **2. Alguns problemas da ordem mundial**

### **a. O despertar político global: expectativas e potencial de frustração**

Sobrepondo-se e transformando o carácter dos tradicionais problemas do poder e da geopolítica, actualmente emerge uma realidade fundamental: o “despertar político global” (Brzezinski, 2007: 201). Este “despertar” de milhares de milhões de pessoas, conscientes das enormes desigualdades na condição humana, tem normalmente um “carácter anti-Ocidental” (Brzezinski, 2007: 205). A consciência das desigualdades estimula migrações do campo para a cidade e dos países pobres para os ricos, mas também ressentimento e vontade de alcançar um mínimo de dignidade (Brzezinski e Scowcroft, 2008: 229).

O problema é que não existe uma receita fácil para corrigir as desigualdades extremas. Com efeito, a par do proteccionismo que, apesar da retórica da bondade da globalização, frequentemente os países desenvolvidos praticam (Brzezinski, 2004: 147), o resultado de décadas de construção de infra-estruturas, de consolidação dos mercados e dos circuitos comerciais e de concentração nos países desenvolvidos das capacidades industriais, tecnológicas e científicas mais avançadas, é que a economia mundial apresenta enormes constrangimentos estruturais que impossibilitam uma mudança rápida e radical da distribuição da riqueza a nível global.

Se olharmos para o consumo de energia, por exemplo, verificamos que em 2030, no cenário de referência da Agência Internacional de Energia (AIE), a produção de energia primária global aumentará cerca de 50% em relação a 2006 (fig. 1). No entanto, a grande transferência, em termos relativos, faz-se dos países da OCDE para a China e para a Ásia não chinesa. E, mesmo aqui, a transferência de riqueza não deverá ser tão significativa quanto sugerem as respectivas percentagens de consumo de energia primária, porque o consumo de energia por unidade de PIB em 2030 nos países da OCDE deverá ser significativamente mais baixo do que é hoje e mais baixo do que será na China e noutras economias emergentes.

Quinlan (2008), por exemplo, conclui que haverá uma alteração gradual: enquanto em 2000 as economias desenvolvidas representavam, em paridade do poder de compra, cerca de 60% da economia mundial e as economias em desenvolvimento cerca de 40%, em 2025 estes números poderão estar invertidos.



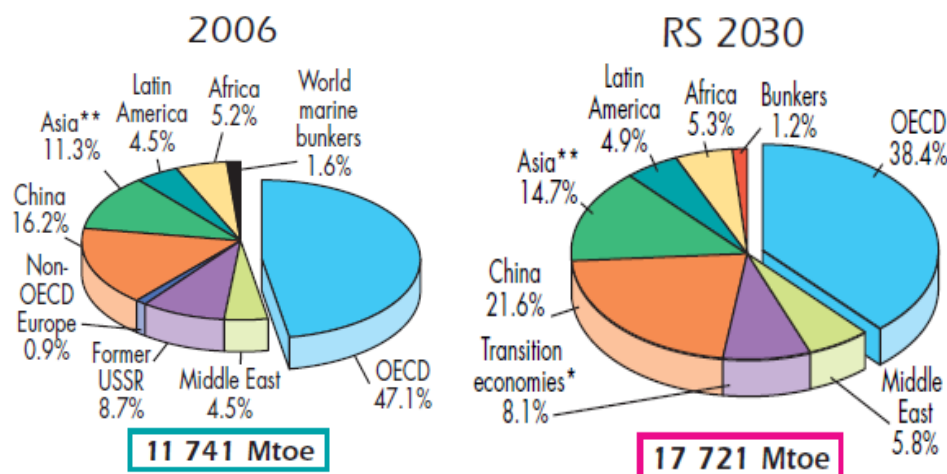


Figura 1 – Produção de energia primária em 2006 e projecção para 2030 (Fonte: OECD/IEA, p. 8 e 47)

O que interessa sublinhar é que, apesar do bom desempenho de algumas economias emergentes, as populações continuarão a ser, em média, durante ainda muitos anos, bastante mais pobres que as dos países mais desenvolvidos. Se a situação objectivamente melhora apesar de tudo – afinal, estima-se que o desenvolvimento chinês nas últimas três décadas tenha retirado centenas de milhões de seres humanos da pobreza extrema –, o problema é que aumenta a consciência das desigualdades entre aqueles a quem continuam a escapar os benefícios do desenvolvimento. Não é difícil imaginar o potencial de frustração que pode explodir se algumas expectativas não forem minimamente satisfeitas.

Portanto, mesmo excluindo considerações de ordem moral, uma distribuição mais equilibrada dos benefícios do desenvolvimento parece essencial para preservar a paz e a segurança internacionais (GMFUS, 2009:8). Na ausência de um sistema político-económico alternativo ao modelo de capitalismo que, com a derrocada do comunismo, se estendeu a todo o globo, os países desenvolvidos e os países emergentes têm de cooperar para o tornar mais justo e equilibrado. Com efeito, pode dizer-se que, na actual conjuntura, de algum modo observável na resposta à crise internacional, as potências emergentes não parecem querer desafiar propriamente todas as instituições do sistema. Querem, sim, sobretudo, que os seus interesses sejam melhor acomodados nelas.

#### **b. Segurança energética e alterações climáticas**

Um problema diferente do anterior, mas com ele relacionado, é o da segurança do abastecimento de recursos energéticos, em particular o petróleo e o gás natural. O crescimento da economia mundial implica uma intensificação da procura destes e de outros recursos, estando a agudizar disputas pelo controlo das origens de abastecimento, bem como pelo controlo das rotas entre as origens e os destinos. A luta pelo controlo do



Cáucaso e a política russa de tentar selar a Ásia Central ao acesso directo aos mercados e aos investimentos do ocidente em matéria energética, ou os sinais da disputa por influência em África, são bons exemplos deste tipo de conflitualidade geopolítica clássica, a par de conflitos que podem surgir relacionados com o controlo das rotas oceânicas e dos pontos de passagem obrigatória. Com efeito, a competição por energia tem implicações de segurança graves, podendo precipitar a rotura do sistema internacional e o reaparecimento de grandes conflitos, bem como tensões e instabilidade regionais (UKCO, 2008: 19).

Este tipo de problemas cruza-se com outro, que é o do eventual esgotamento de alguns recursos não renováveis, como os combustíveis fósseis<sup>3</sup>. Este problema, muito complexo, porque envolve factores como preços, capital e tecnologia (técnicas de exploração que podem possibilitar a descoberta de novas reservas, eventual exploração de novas fontes de energia, melhoria da eficiência energética, etc.), tem evidentemente profundas implicações estratégicas.

O impacto ambiental das actividades humanas não se esgota no problema da escassez ou esgotamento dos recursos. Alterações climáticas, poluição, potencial de disseminação de doenças, escassez de água e de produtos alimentares obrigam a questionar a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento económico e constituem outro conjunto de problemas onde preocupações mais ou menos genuínas a nível global se chocam com as legítimas aspirações dos países menos desenvolvidos, confrontados com industrialização e urbanização crescentes e com a utilização cada vez mais intensiva dos solos agrícolas.

Ao ritmo a que estão a ser construídas centrais a gás e a carvão para a produção de energia eléctrica nos países emergentes, não se vislumbra que até meados do século XXI possa haver uma transformação fundamental do sistema energético mundial, para a qual, além de vontade política, são precisos avultados investimentos que apenas estão ao alcance de um número limitado de grandes conglomerados industriais que hegemonizam o mercado de energia. Por outro lado, a menos que haja uma grande melhoria da eficiência energética e que sejam encontradas tecnologias que permitam sequestrar o CO<sub>2</sub> (a queima de combustíveis fósseis é responsável por cerca de 80% das emissões a nível mundial), o

---

<sup>3</sup> Se o consumo de petróleo *per capita* na China, por exemplo, fosse igual ao dos EUA, a actual produção mundial, cerca de 85 milhões de barris de petróleo por dia, não chegaria para fazer face à procura chinesa, que rondaria cerca de 100 milhões de barris de petróleo por dia. Evidentemente que, nestas circunstâncias, as reservas conhecidas consumir-se-iam muito mais rapidamente. Na verdade, a China consumiu em 2007 pouco menos de 7 milhões de barris diários, ou seja, entre 8% a 9% do total mundial (IEA, 2008). Mesmo que a eficiência energética aumente muito nos próximos anos, intui-se facilmente que o desenvolvimento económico de países como a China inexoravelmente implica o aumento do consumo de energia.



problema das alterações climáticas tenderá a agravar-se nas próximas décadas, ainda que sejam controversos os cenários relativos às consequências do aquecimento global<sup>4</sup>.

A par das energias renováveis, a energia nuclear pode ser um complemento importante mas não substitui as centrais de produção de electricidade a gás e a carvão. Os combustíveis fósseis representam 87% da energia total e 67% da electricidade gerada a nível mundial (Botkin, 2008). As centrais nucleares, das quais existem no mundo cerca de 400, utilizadas em exclusivo para a produção de energia eléctrica, representam, em todo o mundo, apenas 15% da energia eléctrica e apenas 4,8% de toda a energia gerada (Botkin, 2008). Por outro lado, as reservas conhecidas de urânio são limitadas e, portanto, dificilmente se mobilizam os capitais necessários para investir em novas centrais se não houver uma certa garantia de que existe combustível nuclear suficiente para as alimentar durante o tempo necessário para justificar o investimento feito. Assim, a energia nuclear deverá ter um papel limitado no *mix* energético (Botkin, 2008), embora muitos considerem que ela é segura e tem um grande potencial. Acresce que uma maior disseminação da energia nuclear é internamente estrangida em alguns países por causa das preocupações com acidentes. E, no plano internacional, também se receia – veja-se o caso do Irão – que as tecnologias nucleares possam ser utilizadas para fins militares e que aumente o número de potências nucleares por “efeito de dominó”<sup>5</sup>.

O problema das alterações climáticas é muito complexo e não completamente imune a manipulações políticas, mesmo que haja um relativo consenso quanto à importância de se lhe fazer face. Tem de haver diálogo para que os países em desenvolvimento não pensem que o discurso da sustentabilidade do desenvolvimento é um instrumento dos países desenvolvidos para perpetuarem as desigualdades; ou que, como no caso da Amazónia, a retórica das alterações climáticas não seja percebida como instrumento para garantir o acesso ou o controlo de recursos por parte dos países desenvolvidos. Por outro lado, mesmo quando os países mais desenvolvidos apoiam o desenvolvimento dos mais pobres (não raramente antigas colónias), estes ocasionalmente questionam a sinceridade dos propósitos de quem ajuda<sup>6</sup>. No fundo questionam se a

---

<sup>4</sup> Algumas consequências possíveis do aquecimento global contêm interessantes implicações geopolíticas e geoestratégicas, podendo alterar o panorama do transporte marítimo, a importância relativa de certas rotas e pontos de passagem obrigatória, o custo de extracção de certos recursos naturais e até abrir novas áreas do globo à colonização humana. Do ponto de vista estratégico, situações potenciadoras de conflitos graves.

<sup>5</sup> Um programa militar nuclear do Irão poderia suscitar idênticos programas no Egipto, na Arábia Saudita e na Turquia, entre outros.

<sup>6</sup> O problema da condicionalidade da ajuda ocidental ser vista como arrogância ou neo-colonialismo, bem como a acusação que normalmente os países ocidentais fazem à China de, em África, não ligar a ajuda ao



política de ajuda não visa apenas perpetuar as desigualdades, garantir fontes de abastecimento de matérias-primas ou controlar na origem fluxos de imigração indesejada.

### **c. Interligação dos problemas**

Os problemas que vimos até aqui constituem como que um pano de fundo para muitos outros: o terrorismo, de diversas denominações geográficas e religiosas, cada qual com os seus pontos de aplicação e objectivos específicos, mas nalguns casos apoiado em redes com expressão global; a proliferação de armas e agentes de destruição maciça; a difusão da tecnologia necessária para produzir mísseis balísticos e de cruzeiro; e os estados corruptos, frágeis ou falhados, muitas vezes nessa condição em resultado de recorrentes guerras internas, os quais podem constituir santuários para todo o tipo de tráficos, crime organizado e actividades de apoio ao terrorismo e à proliferação. Neste contexto, não é difícil concordar com Fukuyama quando este afirma que o poder legítimo exercido pelos Estados “é necessário para impor uma supremacia do direito a nível interno, e é necessário a nível internacional para preservar a ordem mundial” (2004: 128).

Todos estes problemas, por seu turno, podem ser exacerbados por extremismos, ódios e ressentimentos de diversas origens, nalguns contextos tornando plausíveis certos aspectos da possibilidade do “choque de civilizações” para que Huntington (1996) chamou a atenção, provocando um intenso debate que dura até hoje.

Na verdade, problemas como a proliferação ou o terrorismo podem ser promovidos por Estados ou por entidades não estatais privadas e clandestinas, sem outras motivações que não seja o lucro. Mas frequentemente correspondem a estratégias prosseguidas por actores na defesa do que consideram ser os seus interesses, embora por vezes alimentados ou manipulados por terceiros. Neste contexto, acresce que muitos “impérios” económicos, financeiros e de comunicação geram, e gerem, fluxos transnacionais que, como se tem visto, mesmo os poderes políticos mais organizados não conseguem regular.

A incapacidade do Estado garantir condições básicas de sobrevivência e de dignidade às populações sob a sua jurisdição abre caminho para a comunidade internacional exercer a “responsabilidade de proteger”, um conceito, legitimado pelas NU (2004: 65; 2005a: 35), que surgiu da controvérsia em torno do “direito de ingerência humanitária”, praticado ocasionalmente, mas nem sempre quando era mais necessário, na década de 1990. Mas, num ambiente em que não está ausente o debate político que envolve

---

desenvolvimento à obrigação das lideranças dos países ajudados respeitarem a democracia e os direitos humanos, fazem parte desta dialéctica. Ver, por exemplo, Ranis e Friedman (2008).



a problemática da utilização selectiva do discurso da protecção dos direitos humanos, as condições concretas em que pode ser invocada a “responsabilidade de proteger” são sempre controversas, porque a intervenção provoca sempre alguma erosão no princípio da soberania, a que ainda está muito arreigada a generalidade dos Estados, frágeis ou não.

Uma dificuldade adicional é a interligação dos riscos: ligações entre terrorismo e crime organizado e a capacidade de ambos subverterem governos ou economias e provocarem a fragilização de estruturas estatais; ligação entre Estados falhados e conflitos regionais; ligação entre conflitos regionais e proliferação nuclear horizontal; choques económicos que podem levar ao colapso de Estados; conflitos regionais que exacerbam ou são exacerbados por tensões relativas ao abastecimento de energia; pirataria; exclusão política e expectativas frustradas que criam círculos viciosos de revolta, crise económica, crise política, extremismos, migrações, pobreza, etc.

Muitos autores têm chamado a atenção para o arco de instabilidade que se estende desde o Magrebe até ao Sudeste asiático, passando pelo Médio Oriente. Brzezinski cunhou mesmo uma expressão, os “Balcãs Globais” (2007: 154)<sup>7</sup>, para designar uma vasta região, onde, a par das maiores reservas conhecidas de petróleo e gás natural, se calhar em parte por causa disso, convergem praticamente todos os problemas que vimos referindo. Os “Balcãs Globais”, bordejados por três dos BRIC, abrangem grosso modo o Cáucaso, outras regiões de população islâmica do sul da Rússia, o Médio Oriente<sup>8</sup> e o Turquestão chinês.

#### **d. Hipóteses de guerra**

O “mundo das democracias” (Kissinger, 2002), basicamente América, Europa Ocidental e Austrália, é um espaço em que as guerras são hoje praticamente inconcebíveis. Por isso alguns autores referem-se-lhes como “ilhas kantianas”. No entanto, porque existem de facto em África (Corno de África, Grandes Lagos, Sudão, Somália), no Médio Oriente (Iraque, Afeganistão, Paquistão) e por aí adiante, não é preciso grande esforço para conceber guerras regionais e guerras internas dos mais diversos tipos. Porém, como diz Scowcroft, em diálogo com Brzezinski, “a ascensão da China e da Índia [, tal como a de outras economias emergentes,] não é como teria sido há 100 anos. É um tipo de mundo

---

<sup>7</sup> Brzezinski já utilizara a expressão “Global Balkans” (2004: 42). Antes disso (1997: 53, 124), definira o mesmo espaço, que englobava os “Eurasian Balkans”, como uma zona de grande instabilidade e violência.

<sup>8</sup> Onde se identificam, sem a preocupação de se ser exaustivo, conflito israelo-palestiniano; instabilidade no Líbano; comportamento perturbador do Irão (programa nuclear, manipulação do Hamas na faixa de Gaza e, mais ainda, do Hezbollah no Líbano); guerras no Iraque e no Afeganistão, neste caso com importantes repercussões no Paquistão; hostilidade indiano-paquistanesa com a questão de Caxemira como pano de fundo e implicações para a política indiana no Afeganistão, no Irão, em Israel, etc.; a questão curda; a tensão entre sunitas e xiitas e entre árabes e não árabes; etc.



muito diferente. Eu diria que, por talvez uma geração, podemos ter visto o fim das guerras interestaduais como uma forma de resolução de conflitos. Em vez disso o que vai haver é estes conflitos confusos onde, se as grandes potências participarem, participam através de entidades intermediárias ou talvez mesmo juntas” (Brzezinski e Scowcroft, 2008: 27).

Por outro lado, embora nalguns casos algum dos contendores as possa possuir, neste tipo de conflitos é difícil conceber o emprego de armas nucleares. Entre outras hipóteses concebíveis, em especial no Médio Oriente (Russel, 2009), talvez um ataque nuclear de Israel contra o Irão, ainda que pouco provável, por inúmeras razões.

Embora por definição as guerras regionais tenham primariamente um impacto regional, dificilmente uma guerra regional com emprego de armas nucleares deixaria de ter consequências catalíticas à escala global, cujo deriva mais perigosa, se não houvesse um grande esforço de concertação ou contenção das grandes potências, poderia ser a de outra forma improvável grande guerra envolvendo potências nucleares. O que se disse sobre guerras nucleares não é imediatamente transponível para guerras em que sejam empregues outras armas e agentes de destruição maciça, mas existem suficientes analogias.

Mesmo quando não participam directamente, é muito raro acontecer nenhuma grande potência ter em jogo qualquer espécie de interesse numa guerra regional ou interna. No entanto, ao contrário do que acontecia com as superpotências na Guerra Fria, é menos óbvio que as grandes potências as provoquem ou aproveitem para se enfrentarem indirectamente. Em qualquer caso, o impacto à escala global deste tipo de conflitos pode variar muito. Com efeito, por vezes ocorrem em regiões onde confluem interesses divergentes de grandes potências, os quais, se não forem conciliados, contêm o risco de escalada. Por outro lado, mesmo não havendo estes interesses divergentes, há sempre outras hipóteses de um conflito extravasar os protagonistas e os teatros originais.

A maior ameaça à ordem mundial é uma guerra nuclear, visto que, apesar do número de armas ter diminuído depois do fim da Guerra Fria, ainda existem enormes arsenais<sup>9</sup>. No entanto, a guerra entre as duas superpotências nucleares é hoje uma hipótese extremamente remota. Também outras guerras concebíveis entre potências nucleares são hoje pouco prováveis. Com efeito, para aqueles que as possuem, o poder de destruição das armas nucleares torna pouco racional o seu emprego, se a parte que desencadeia o ataque

---

<sup>9</sup> Depois de completadas as reduções previstas no START I (1991, expira em 2009), os EUA deverão completar em 2010, dois anos antes do previsto, as reduções acordadas no Tratado de Moscovo (2002) sobre redução de armas nucleares ofensivas, estimando-se que, nessa altura, o arsenal norte-americano corresponda a cerca de 25% do da Guerra Fria. Recentemente, Obama propôs novas reduções, com vista a fixar em cerca 1000 para cada o número máximo de ogivas nos EUA e na Rússia. Os russos manifestaram abertura.





não tiver uma garantia quase absoluta de que consegue evitar uma retaliação que lhe provoque danos inaceitáveis ou um enfraquecimento que a possa tornar um alvo apetecível para uma terceira potência que inicialmente tenha ficado de fora do conflito.

A prazo, são concebíveis cenários de bipolarização do sistema internacional e de corrida aos armamentos comparáveis ao que ocorreu na Guerra Fria. No entanto, é difícil estabelecer um prazo e um percurso para se chegar a esse ponto, bem como a geometria das alianças e o pólo director de cada uma delas quando, e se, aí chegássemos.

Por outro lado, novas tecnologias e o desenvolvimento de novos sistemas de armas, como as defesas contra mísseis, podem afectar os cálculos das potências nucleares. Enfim, embora o risco de guerra nuclear exista, são altamente especulativas as circunstâncias em que uma tal guerra possa ocorrer. Atento o contexto global e diversos contextos regionais, com maior probabilidade a curto ou médio prazo, embora não uma elevada probabilidade, pode imaginar-se uma guerra nuclear entre a Índia e o Paquistão, dado o historial recente de conflitos entre estes países. Se a China seria arrastada ou não é uma incógnita, mas deve sublinhar-se que Caxemira é a única região onde três potências nucleares têm fronteiras comuns não reconhecidas internacionalmente.

#### **e. Síntese conclusiva**

Neste capítulo pretendemos validar a H1 – “os desafios com que a estabilidade do sistema internacional é hoje confrontada favorecem a cooperação entre potências desenvolvidas e emergentes”. Tendo ficado claro que a cooperação entre as potências desenvolvidas e as potências emergentes não é o único desfecho possível, a verdade é que este é provável. Em primeiro lugar porque existem problemas realmente globais que exigem uma resposta multilateral, como por exemplo as alterações climáticas. Em segundo lugar porque por enquanto não existe um sistema político-económico alternativo àquele que nos últimos anos se estendeu a todo o globo, parecendo as potências emergentes considerarem que os seus interesses de crescimento económico são, apesar de tudo, melhor defendidos dentro do sistema vigente, do que desafiando-o fundamentalmente. Em terceiro lugar porque o facto nuclear induz prudência na abordagem das situações conflituais que encerram o risco de uma escalada incontável. Sem que tal signifique inconsciência face aos enormes riscos e desafios a enfrentar, nem uma atitude de complacência face à “energia” política que é preciso despender para dar substância à cooperação, pode arriscar dizer-se que existe uma janela de oportunidade, de talvez uma geração, para melhorar a regulação do sistema internacional.



### **3. Os BRIC: parte do problema ou parte da solução?**

#### **a. A diversidade dos BRIC e a sua posição na hierarquia do poder mundial**

As economias dos BRIC, fruto de evoluções político-económicas diversificadas ao longo das duas últimas décadas do século XX, designadamente no contexto da globalização da economia de mercado, podem ter características similares do ponto de vista dos investidores mundiais. Aliás o termo foi cunhado pelo banco de investimento Goldman Sachs (2001). Porém, apesar de ocasionalmente coordenarem as suas políticas externas em certas questões específicas da agenda internacional, os BRIC não constituem um conjunto geopolítico. Na verdade, são quatro países muito diferentes.

A Rússia e a China são membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), mas o Brasil e a Índia não; a Rússia é uma superpotência nuclear e até há pouco tempo foi a sede de um império que, abrangendo vastas extensões da Ásia Central (nalguns casos desde o tempo dos czares) e da Europa central e oriental, propunha uma ideologia e um modelo económico alternativos ao capitalismo; a Índia e a China foram apóstolos do “terceiro mundismo” na década de 1950, liderando a Conferência de Bandung<sup>10</sup>, numa altura em que ainda não se dera o cisma sino-soviético e as autoridades de Pequim não estavam representadas nas NU; a China e a Índia também possuem armas nucleares, mas o Brasil não; a Índia é um dos poucos países no mundo que não subscreve o Tratado de Não Proliferação Nuclear (NPT); se a China e a Índia são grandes potências demográficas, cada uma representando aproximadamente um quinto da Humanidade, o Brasil e a Rússia têm “apenas” cerca de 196 milhões e 140 milhões de habitantes (CIA, 2008), respectivamente; a Rússia, composta por 86 entidades federadas, é o maior país do mundo (CIA, 2008), com uma superfície que é praticamente o dobro de qualquer um dos outros 5 maiores países do mundo (em que se incluem a China e o Brasil); etc.

Por outro lado, os contextos regionais são completamente diferentes: a Rússia, “geocondicionada” pela escassez de portos de águas quentes, e a China, “geobloqueada” pela cadeia de arquipélagos que se estende do Japão à Indonésia, são potências continentais ou com características continentais; a Rússia, a Índia e a China são potências instaladas na Eurásia, o “tabuleiro” onde se têm jogado os grandes conflitos de poder mundial, e todas bordejam a região que, como vimos, Brzezinski apelidou “Balcãs Globais”; o Brasil está numa posição relativamente resguardada a este respeito, ocupando praticamente metade do

---

<sup>10</sup> A Conferência de Bandung, realizada nesta cidade indonésia em 1955, foi a primeira conferência das nações afro-asiáticas, tendo proclamado o anticolonialismo e a neutralidade entre o Ocidente e o Leste.



continente sul-americano. Finalmente, as imagens que projectam e os receios que suscitam são também muito diversos: a China e a Rússia, fruto do seu passado imperial, da visibilidade que lhes é conferida por serem membros permanentes do CSNU e, finalmente, de alguns comportamentos mais recentes, fazem com que seja mais fácil colar-se-lhes o rótulo de ameaças à ordem (em vez de agentes de manutenção dela, como lhes compete pelo seu estatuto no CSNU) e de serem tratadas como tal pelos seus vizinhos e pelos EUA.

É a expectativa do aumento do poder dos BRIC no sistema internacional que antecipa a possibilidade destes países terem um papel relevante na construção da nova ordem mundial. Uma projecção da Goldman Sachs (Wilson e Purushothaman: 2003), entretanto actualizada (fig. 2)<sup>11</sup>, aponta para que por volta de 2050 a China, os EUA e a Índia sejam as três maiores economias do mundo, seguidas pelo Japão, pelo Brasil e pelas maiores economias europeias. Por outro lado, embora com escalas diferentes, os BRIC já são potências territoriais e demográficas e representam hoje cerca de 15% da economia mundial (CIA, 2008), número que tenderá a crescer no futuro, admitindo-se até (fig. 2) que dentro de alguns anos a China possa ser a maior economia do mundo. Finalmente, todos os BRIC estão a desenvolver e modernizar os respectivos aparelhos militares.

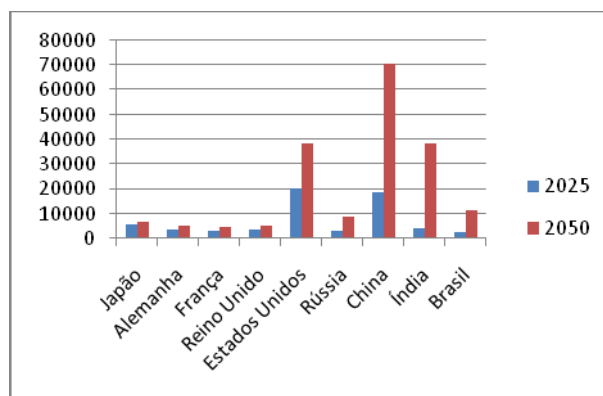


Figura 2 – Projecções dos PIB em milhares de milhões de US \$ 2007 (Goldman Sachs, 2007: 149)

Mas na actualidade é incontornável a proeminência do poder económico, tecnológico e militar norte-americano na cena mundial (Tabela 1, Apêndice II). Os EUA, cuja população deve crescer cerca de 30% até 2050 (UNPFA, 2008: 86), representam cerca de um quarto da economia e metade das despesas militares mundiais, com uma capacidade de projecção de poder convencional incomparável. Os EUA detêm uma enorme superioridade aérea, naval e no espaço, têm bases e esquadras permanentes em praticamente todos os continentes e oceanos e uma rede de alianças que abrange as

<sup>11</sup> Ver também, por exemplo, o recente trabalho de prospectiva sobre tendências globais 2025, do *National Intelligence Council* (NIC, 2008: 28 a 36).



economias mais desenvolvidas na Europa Ocidental e no Nordeste asiático. Evidentemente que os EUA têm algumas limitações: dependem de recursos energéticos; recentemente viram degradar-se algum do seu “poder suave”<sup>12</sup>; e a capacidade militar não resolve todos os problemas, não possuindo forças terrestres para controlar o mundo num sentido clássico.

No entanto, não sendo eternas a superioridade dos EUA nem as suas alianças, nenhuma projecção credível sugere que nos próximos 15 a 20 anos estes entrem num declínio acentuado, perdendo repentina e irremediavelmente o estatuto de primeira potência mundial. E a médio prazo, pelo menos, os EUA continuarão a ser o único país capaz de mobilizar uma acção internacional para travar problemas globais (Patten, 2008). Parecem-nos assim exageradas opiniões que, talvez reflectindo um desejo, defendem que a estrutura do sistema internacional já é multipolar. Uma estrutura uni-multipolar<sup>13</sup> (Huntington, 1999; 2005) parece-nos uma descrição mais adequada da realidade actual, em que as grandes potências de segunda ordem competem sobretudo para estabelecer a preponderância (ou, não o podendo fazer, para evitar a preponderância de outros) na região em que se integram, procurando não suscitar a hostilidade dos EUA. A nível global, a retórica anti-americana e alguma resistência pouco coordenada não vão ao ponto de suscitar uma coligação consistente para derrubar a proeminência global dos EUA.

#### **b. Constrangimentos à ascensão dos BRIC**

Se acima pusemos em evidência a proeminência dos EUA e das economias desenvolvidas, de algum modo resulta que os BRIC, já tendo um peso significativo na economia mundial, são países relativamente atrasados, embora diferentes entre si. Se Rússia e Brasil apresentam taxas de urbanização equiparáveis às dos países desenvolvidos, o mesmo não acontece com a China e a Índia (UNDP, 2007: 243). Com efeito, nos países desenvolvidos a percentagem da força laboral empregue no sector primário ronda em média os 2% a 3% e o contributo deste sector para o PIB raramente ultrapassa 1,5% (CIA, 2008). Na China e na Índia, porém, a percentagem da força laboral empregue na agricultura é de respectivamente 43% e 60% (CIA, 2008). Nestes países, o contributo da agricultura para o PIB é de respectivamente 11% e 18% (CIA, 2008). O emprego da força laboral e o contributo por sector para o PIB total no Brasil e na Rússia estão mais próximos dos países desenvolvidos (CIA, 2008). Esta maior proximidade também é sugerida por indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (Tabela 2, Apêndice II).

---

<sup>12</sup> “Poder suave”, ou “*soft power*”, um conceito cunhado por Joseph Nye em 1990, é a capacidade de se obter o que se quer através da cooptação e da atracção em vez da coacção (Nye, 2002: 29).

<sup>13</sup> Ver, no Corpo de Conceitos, “Polaridade do sistema internacional”.



Podendo argumentar-se que na China e na Índia existem legiões de trabalhadores cuja mão-de-obra é relativamente barata, a verdade é que essas centenas de milhões de seres humanos têm expectativas de desenvolvimento muito difíceis de satisfazer. Por outro lado, as reservas de mão-de-obra barata nem por isso colocam os BRIC, em particular a China e a Índia, nos primeiros lugares dos índices de competitividade. Na Índia, por exemplo, 500 milhões de pessoas não têm acesso a electricidade (UNDP, 2007: 152) e 165 milhões não têm acesso a água potável (UNPFA, 2008: 86). Pode imaginar-se o esforço de infra-estruturação do território e de edificação de equipamentos sociais com que estão confrontados estes países. Acresce que neste momento países como a China e a Índia já têm gravíssimos problemas de poluição. As lideranças dos BRIC estão, assim, confrontadas com enormes dificuldades e desafios, em particular a Índia e a China, sendo que, em quadros agravados por problemas com minorias étnicas e religiosas (na Rússia, na Índia e na China), é muito variável a confiança das populações nos líderes e a flexibilidade dos regimes para acomodar tensões sociais e políticas, como sugerem as percepções de corrupção e, nalguns casos, a natureza dos regimes (Tabela 2, Apêndice II).

Outro aspecto que importa notar é o grau de interdependência das economias dos BRIC com o exterior (Tabela 3, Apêndice II), o que constrange trajectórias político-estratégicas que visem desafiar fundamentalmente a ordem existente, caso estivessem inclinados a isso. Deve, no entanto, notar-se a quase independência energética do Brasil e, não fora pelo petróleo, também da China (Tabela 1, Apêndice II). Neste caso, porém, com graves custos ambientais, por causa do peso relativo do carvão no *mix* energético chinês.

O comércio externo e o investimento directo portador de tecnologia são muito importantes para qualquer um dos BRIC. Em particular para a China e a Rússia, as exportações – no caso da primeira, produtos manufacturados; no caso da segunda, matérias-primas, em especial hidrocarbonetos – permitiram-lhes acumular enormes reservas de moeda estrangeira, com as quais podem comprar recursos e fazer investimentos no exterior<sup>14</sup>. Olhando para a estrutura das exportações também se pode observar que, relativamente aos BRIC, os países desenvolvidos exportam em percentagem muito mais produtos manufacturados que matérias-primas e, nos produtos manufacturados, uma percentagem mais elevada de produtos que incorporam alta tecnologia. Note-se que a

---

<sup>14</sup> No final de Outubro de 2008, as reservas em divisas da China eram de 1906 mil milhões de dólares, as da Rússia 542 mil milhões, as da Índia 283 mil milhões e as do Brasil de 206 mil milhões (*The Economist*, October 25th 2008: 77). Para se ter uma ideia, os recursos financeiros do FMI em meados de Março de 2009 eram de cerca de 350 mil milhões de dólares.



Rússia, que com o Brasil é uma grande exportadora de matérias-primas, exporta muito pouco produtos manufacturados. A estrutura das exportações chinesas, por seu turno, é semelhante à de um país desenvolvido. No entanto, grande parte dos produtos “*made in China*” é na verdade montada na China com componentes importadas do Japão, da Coreia do Sul e de Taiwan. Por outro lado, uma boa parte das exportações chinesas são produzidas em fábricas de multinacionais com bases na Europa e nos EUA (Quinlan, 2008: 6).

### **c. Alguns aspectos dos contextos regionais de cada um dos BRIC**

Observaremos agora sucintamente algumas características dos BRIC e dos contextos regionais que, por si sós ou conjugando-se, podem criar condições para desenvolvimentos perturbadores da paz e da segurança internacional. Deixaremos o Brasil para o fim, porque, no grupo, tem um contexto geopolítico muito singular. Começaremos pela China visto que, tendo longas fronteiras terrestres e algumas questões comuns com a Rússia e a Índia, nos permite à partida eliminar redundâncias.

Um dos problemas do modelo de desenvolvimento chinês é ter produzido significativas desigualdades entre ricos e pobres, entre a cidade e o campo e entre o litoral e o interior. O problema das assimetrias de desenvolvimento é particularmente sensível em relação ao interior profundo, onde se situam as províncias do Tibete e do Xinjiang, este com populações muçulmanas. Nestas regiões pouco povoadas vivem minorias étnicas, as quais, não tendo uma expressão demográfica muito grande no contexto chinês (mais de 90% da população chinesa é de etnia Han), têm uma importância relativa grande. O Tibete, em cujo planalto se encontram as nascentes de rios que abastecem de água milhares de milhões de seres humanos na China, na Índia, no Paquistão e no Sudeste asiático, é um caso particular, por causa da visibilidade internacional do Dalai Lama, refugiado na Índia. Os problemas no Xinjiang, por seu turno, não têm sido tão exacerbados no exterior porque a China tem conseguido situá-los no contexto do combate internacional ao terrorismo. Para gerir estes problemas, bem como as expectativas de melhoria de vida da população em geral, o regime tem no desenvolvimento económico e no nacionalismo fontes de legitimidade relativamente frágeis. No primeiro caso, porque o ritmo do desenvolvimento rompe estruturas tradicionais de apoio social, sem as substituir imediatamente, e não é



imune a retrocessos ou estagnações<sup>15</sup>; no segundo, porque o foco anti-japonês do nacionalismo tem ocasionalmente provocado tensão entre a China e o Japão.

No Nordeste asiático, a questão coreana, cujos desenvolvimentos negativos podem perturbar gravemente o equilíbrio regional, emerge num pano de fundo caracterizado pelo ressentimento histórico contra o Japão na região. A China tem disputas territoriais com o Japão, país que tem também uma disputa territorial com a Rússia nas Curilhas. Os acordos de defesa dos EUA com o Japão e a Coreia do Sul são dois pilares do equilíbrio regional. O acordo com o Japão, em particular, é muito importante, na medida em que, ao mesmo tempo que tranquiliza o Japão face à ascensão da China, tranquiliza os países do extremo oriente em relação à tímida remilitarização em curso no Japão.

Na transição do Nordeste para o Sudeste asiático, surge a questão de Taiwan, cuja independência a China tenta a todo o custo impedir. Recentemente tem-se verificado algum desanuviamento. Embora os últimos tempos sugiram uma acomodação de todas as partes ao *status quo* existente, Taiwan é um problema que pode sempre colocar a China em rota de colisão com os EUA. Com efeito, as aparentemente promissoras negociações entre Pequim e Taipé na primeira metade da década de 1990 não impediram a crise no Estreito de Taiwan em 1995/96, que obrigou o Presidente Clinton a enviar para a região dois grupos de porta-aviões para demonstrar a determinação norte-americana em honrar o compromisso de defender Taiwan de qualquer injustificada agressão chinesa.

No Sudeste asiático, uma região onde tradicionalmente algumas dinastias chinesas tiveram grande ascendente, e onde vivem minorias chinesas com capacidade económica, a China tem com diversos países da região algumas disputas territoriais no Mar do Sul da China<sup>16</sup>. As últimas crises datam de meados dos anos 90. Desde então as disputas não têm sido exacerbadas – embora possam sempre vir a sê-lo no futuro – e a China inclusivamente assinou em 2002 com a ASEAN um Código de Conduta para o Mar do Sul da China, com a finalidade de manter a paz e a estabilidade regionais. A região é importante para a China, entre outras razões porque é por lá que passa grande parte das suas exportações e importações, em particular o petróleo que importa de África e do Médio Oriente, preocupação que o Japão partilha, numa região onde também convergem os interesses da

---

<sup>15</sup> Vejam-se, por exemplo, os relatos na comunicação social do regresso às suas áreas rurais de origem de dezenas de milhões de chineses que habitavam nas periferias urbanas, sem emprego e com expectativas desfeitas como sequela da actual crise financeira global.

<sup>16</sup> As principais regiões disputadas no Mar do Sul da China são os arquipélagos das Paracel (ilhéus e recifes que são também reclamadas pelo Vietname) e das Spratly (um grupo de mais de 650 pequenas ilhas, ilhéus, atóis e recifes, parcialmente ocupadas pela China, Taiwan, Vietname, Malásia e Filipinas; o Brunei também reclama algumas, mas não ocupa nenhuma).



Índia e dos EUA. As boas relações com a Birmânia (Myanmar), disputando influência à Índia, são importantes para a China, para obter bases e facilidades de acesso ao Índico por terra, em caso de interdição do estreito de Malaca e dos outros estreitos indonésios.

Com a Índia, contra quem já travou uma guerra em 1962, a China mantém uma grande rivalidade e, excepto o caso especial de Taiwan, a mais importante de todas as suas disputas territoriais. Uma das regiões disputadas é a Caxemira, onde convergem as únicas fronteiras não reconhecidas internacionalmente entre três potências nucleares: China, Índia e Paquistão. O programa de armamento nuclear da Índia tem fundamentalmente em vista a China e alguma aproximação das políticas externas da Índia e dos EUA é interpretada como visando equilibrar a influência crescente da China. A China, por seu turno, tenta utilizar o Paquistão, cujo programa nuclear apoiou, para aceder ao Mar Árábico directamente a partir das suas regiões mais ocidentais e para equilibrar a Índia.

Apesar de frequentemente se lhe apontar a vantagem de, em termos de estabilidade política, ser uma democracia, a Índia, candidata recente a um lugar de membro permanente do CSNU, é um enorme mosaico étnico, religioso e linguístico, com 15 línguas oficiais e 844 dialectos (CIA, 2008), a somar a todos os problemas de desenvolvimento que experimenta. Dos seus mais de 1100 milhões de habitantes, 13% são muçulmanos e 2,4% cristãos (CIA, 2008), entre outras minorias religiosas (existem no país seis religiões principais), e são frequentes notícias de atentados terroristas perpetrados por grupos islamistas, violência separatista e morticínios em resultado de conflitos religiosos (às vezes envolvendo cristãos). A disputa com o Paquistão relativa a Caxemira é muito importante neste contexto. O Paquistão, no quadro dos complexos jogos de influência geopolítica abrangendo o Afeganistão e outras regiões da Ásia Central, é acusado de encobertamente manipular alguns grupos islamistas para indirectamente provocar dificuldades à Índia.

Com os países da Ásia Central e a Rússia, a China resolveu todas as disputas territoriais e estrutura, através da Organização de Cooperação de Xangai (SCO), uma cooperação com diversos objectivos, incluindo o abastecimento energético e prevenir que o Xinjiang importe instabilidade política dos “Balcãs Globais”. Mas as relações com a Rússia são ambivalentes. A China compra armamento à Rússia, mas esta restringe a transferência de tecnologia. Relativamente ao abastecimento energético, uma área de cooperação que também podia surgir quase naturalmente da existência de excedentes na Rússia e do aumento da procura chinesa, a Rússia preocupa-se em não ficar





excessivamente dependente do mercado chinês para colocar as suas exportações. Moscovo também se preocupa com eventuais vagas de imigrantes chineses no extremo oriente russo.

A Rússia, dividida entre as suas identidades europeia e asiática<sup>17</sup>, vê a sua população residente<sup>18</sup> envelhecer e diminuir<sup>19</sup>, num contexto em que se passa o oposto com a minoria islâmica (10% a 15% da população russa) que, em algumas regiões, como o Cáucaso do Norte (sendo a Chechénia o caso com maior visibilidade), tem alimentado aspirações separatistas. Por outro lado, perdeu o controlo da Ásia Central. Derrotada na Guerra Fria, tenta recuperar influência<sup>20</sup> e, se possível, exclusividade no acesso aos recursos energéticos no Cáucaso e na Ásia Central (Mankoff, 2009). Conseguiu impedir que a Ucrânia e a Geórgia, que considera parte da sua “esfera de influência”, sejam abrangidas pelos *Membership Action Plans* da OTAN. Agastada com comportamentos norte-americanos<sup>21</sup>, tem utilizado a “arma energética”<sup>22</sup> para dividir europeus e tentar enfraquecer o vínculo transatlântico, cultiva um ressurgimento nacionalista e preocupa o Ocidente com o reactivar de sobrevoos do Atlântico e do Pacífico com bombardeiros estratégicos, os testes de novos mísseis balísticos intercontinentais ou a ameaça de reposicionamento de certos sistemas de armas para mais perto da sua fronteira ocidental.

De longe o maior e mais populoso país da América do Sul e possuidor de vastos recursos, o Brasil é a maior potência económica da região, embora cerca de 25% da população ainda viva abaixo do limiar oficial de pobreza<sup>23</sup>. As desigualdades de rendimentos e a criminalidade são talvez os maiores problemas do Brasil, que não tem conflitos fronteiriços com nenhum país vizinho (Chacon, 2004: 49). Com efeito, é de entre os BRIC o único país que não tem disputas territoriais ou relações tensas com todos ou

<sup>17</sup> 75% do território russo fica na sua parte asiática, que é maior que a China e a Índia juntas. No entanto, neste vasto território apenas vive cerca de 25% da população do país (CIA, 2008).

<sup>18</sup> Significativas populações russas vivem fora da Rússia, nas ex-repúblicas soviéticas. Essa circunstância ajuda a manter conflitos “congelados”, como na Transnístria, entre a Ucrânia e a Moldávia, ou, até recentemente, na Abcásia e na Ossétia do Sul, entre a Geórgia e a Rússia (Edwards e Kemp, 2006: 31; Tomé, 2007: 11). Por outro lado, as populações russas na Crimeia são um factor a ter em conta nas discussões que opõem a Rússia e a Ucrânia relativamente à presença da esquadra russa em Sebastopol (Valasek, 2008: 24).

<sup>19</sup> Estima-se que, de 2008 a 2050, a população russa diminua cerca de 24 % (UNPFA, 2008: 86).

<sup>20</sup> A Organização do Tratado de Segurança Colectiva (OTSC), criada em 2002, agrupando Rússia, Bielorrússia, Arménia, Cazaquistão, Uzbequistão, Tajiquistão e Quirguistão, é um instrumento de que a Rússia se serve para restabelecer a sua esfera de influência (Tomé, 2007: 17). A OTSC evoluiu a partir do tratado de segurança colectiva da CEI (1992). Os países bálticos (hoje membros da OTAN), a Ucrânia, a Moldova, a Geórgia, o Azerbaijão e o Turquemenistão são 8 países da ex-URSS que não pertencem à OTSC.

<sup>21</sup> Bombardeamento da Sérvia e invasão do Kosovo em 1999, invasão do Iraque em 2003, projecto de instalação de radares e interceptores de um sistema antimíssil na República Checa e na Polónia, etc.

<sup>22</sup> A Rússia é o maior produtor mundial de gás natural e o 2º maior de petróleo (IEA, 2007).

<sup>23</sup> Em 2006 era considerado este limiar para os agregados familiares em que o rendimento mensal *per capita* fosse de 120 reais ou, na época, US\$55 (UNDP, 2007: 181).



parte dos seus vizinhos, apesar de ocasionalmente ter de enfrentar alguns desafios à sua soberania na Amazónia, por parte de quem considera que um dos “pulmões” do planeta e cerca de um quinto das reservas mundiais de água doce, entre outros recursos estratégicos, são um património demasiado valioso para ficar entregue à responsabilidade de Brasília.

A necessidade de ocupar efectivamente e ordenar o interior e de harmonizar os níveis de desenvolvimento entre regiões, eventualmente retira ímpeto ao Brasil para uma política de maritimização mais vigorosa. Como diz Chacon, “o Brasil só poderá ser oceânico se for plenamente continental” (2004: 50). Mas continentalização e maritimização, que podemos designar de vocação regional – com expressão no Mercosul e, recentemente, na UNASUL<sup>24</sup> – e vocação global, podem ser complementares. Neste contexto, fora do continente americano a área de projecção mais natural do Brasil é o Atlântico Sul e, pela sua proximidade com o saliente nordeste, a costa ocidental africana. Sem prejuízo de outras áreas de projecção afastadas ou mais próximas, como a Antárctida.

A “candidatura” do Brasil a um lugar de membro permanente do CSNU foi e é a expressão de uma vontade de assumir maiores responsabilidades na governação do sistema internacional. Uma vontade perfeitamente legítima por parte de um país que é um dos cinco maiores do mundo; alberga a quinta maior população do mundo; é indiscutivelmente a maior potência da sua região; tem uma natural vocação para projectar estabilidade no continente sul-americano e em África; pode ter um papel importantíssimo na segurança do Atlântico Sul em articulação com África e, em articulação com os EUA e a Europa, nas ligações entre o Atlântico Sul e o Atlântico Norte (este aspecto e o anterior certamente interessando a Portugal); tem uma grande facilidade de ligação simultaneamente com as potências estabelecidas e as potências emergentes, por razões de ordem económica, cultural e outras; e, tendo escala suficiente para desempenhar um papel de árbitro em muitas das mais importantes situações de conflitualidade no mundo, tem a vantagem de nelas não ter interesses directos que levem as partes a questionar a sua imparcialidade.

#### **d. As escolhas com que os BRIC estão confrontados**

É fácil intuir que o papel que cada um dos BRIC vai ter na ordem mundial depende de factores e variáveis cujo comportamento é impossível determinar, podendo apenas, e nem sempre, arriscar-se um juízo de probabilidade. Entre esses factores e variáveis podemos incluir o papel que cada um dos BRIC tem tido na ordem actual; as capacidades

---

<sup>24</sup> União de Nações Sul-americanas, estabelecida em Maio de 2008, pelo Tratado de Brasília, de que foram signatários os 12 países da América do Sul (o único território que fica de fora é a Guiana francesa).



absolutas e relativas que detêm e aquelas que se admite que possam vir a deter; a evolução da estrutura do sistema internacional, no plano global e nos diversos contextos regionais de que os BRIC fazem parte; atenta esta evolução, os condicionamentos estruturais a que estes países estão ou estarão sujeitos, nomeadamente o grau de interdependência com o sistema internacional e com os subsistemas regionais, que sugere o valor do que está em jogo para cada um dos BRIC na preservação, aprofundamento ou institucionalização de diversos tipos de regionalismos e de mecanismos e instituições de regulação globais.

Com efeito, nada está determinado relativamente à ascensão dos BRIC que, como vimos, com graus diversos é certo, enfrentam fortes pressões políticas, sociais e económicas. Por outro lado, é evidente que tal ascensão pode desencadear uma era de novos alinhamentos internacionais. Neste contexto, o *World Economic Forum* (WEF, 2005; 2006a; 2006b) recentemente apresentou, em relação à China, à Índia e à Rússia, estudos que procuram perscrutar como se posicionarão em 2025 estes três países em relação aos problemas mundiais, podendo por analogia incluir-se o Brasil na generalização que fazemos a seguir.

Assim, em cada estudo do WEF foram concebidas duas perguntas fundamentais, cujas diferentes possibilidades de resposta geram três possíveis cenários. Naturalmente perguntas e cenários não são exactamente os mesmos de país para país. No entanto, as duas perguntas são basicamente sobre, por um lado, a maior ou menor capacidade de cada governo mobilizar a população para levar por diante as reformas necessárias à modernização da economia e do Estado; por outro, como é que a relação entre um dado país e o mundo interage com a agenda interna desse país e afecta o contexto global.

Os cenários traçados pelo WEF para cada país, por seu turno, giram em volta de três possibilidades, que não dependem apenas de desenvolvimentos internos (a desaceleração da economia mundial terá um impacto negativo nas expectativas de crescimento de qualquer dos BRIC). Uma possibilidade é a acomodação no respectivo contexto geopolítico, o país ultrapassando os seus problemas internos, integrando-se na economia mundial, participando activamente nas organizações internacionais e contribuindo para a segurança do sistema internacional. Outra possibilidade é, devido a constrangimentos externos ou à incapacidade de gerir politicamente as reformas, o país estagnar ou desenvolver-se abaixo do esperado, a liderança conseguindo apesar de tudo manter a integridade do regime sem ir à procura de um bode expiatório ou de comportamentos agressivos que visem unir a frente interna; uma variante desta



possibilidade é o país não crescer o suficiente para aspirar a mais do que uma perspectiva regional. A terceira possibilidade é a de uma sucessão de fracassos a nível interno, percebida como consequência da acção propositada de terceiros actores, ou que à liderança do regime convenha apresentar como tal para sobreviver, levar a comportamentos agressivos, com consequências negativas para a segurança internacional a nível regional ou global; vimos que, com a provável excepção do Brasil, o que não falta a nenhum dos BRIC são situações de conflito potencial, condimentadas com rivalidades e ressentimentos.

Naturalmente o futuro só por acaso será igual às possibilidades esboçadas. Com efeito, um comportamento agressivo não resulta apenas de fracassos; pelo contrário, pode resultar de uma sucessão de êxitos que gera autoconfiança para prosseguir políticas expansionistas. Neste contexto, são muitas as combinações de futuros possíveis, e ainda mais se variarmos os prazos considerados. O que importa sublinhar, porém, é que o trajecto de cada um dos BRIC depende deles próprios e do contexto que os envolve.

#### **e. Síntese conclusiva**

No capítulo anterior vimos que actualmente são razoáveis as perspectivas para a cooperação entre potências desenvolvidas e potências emergentes. Pudemos observar neste capítulo, contudo, que estão em aberto muitos futuros razoavelmente plausíveis que, a concretizarem-se, configuram situações que podem fazer perigar a paz e a segurança internacionais, validando a H2 – “No futuro, em grande parte dependendo das escolhas dos BRIC e dos outros grandes actores mundiais, o crescimento dos BRIC tanto pode acrescentar problemas como facilitar a solução das grandes questões que afectam a ordem mundial”. Com efeito, o papel que cada um dos BRIC vai ter na construção ou perturbação da ordem mundial depende das escolhas dos BRIC e dos outros grandes actores mundiais, bem como de diversos factores e de muitas variáveis cujo comportamento é impossível determinar. De momento parece prevalecer a tendência de as lideranças dos BRIC se concentrarem na resolução de problemas internos muito complexos, procurando a integração e um papel mais interventivo em mecanismos e estruturas de regulação regionais e globais para melhor defender os seus interesses. Neste contexto, não parece que os BRIC, sozinhos ou em coligações de geometria variável, procurem de momento desmantelar a ordem internacional em vigor. Certo será que a acomodação dos interesses dos BRIC – que depende também das potências estabelecidas, que poderão estar mais ou menos interessadas em ter um papel mais interventivo e em favorecer ou negar um papel acrescido às potências emergentes (ou em aproximarem-se de umas em detrimento de

outras) – diminui a probabilidade de ocorrência de derivas que podem gerar dinâmicas polarizadoras. Vejamos então até onde estas dinâmicas nos poderão levar no limite. E o que se pode fazer para as evitar.

#### 4. Multilateralismo: solução do problema?

##### a. Conformação dos BRIC com a ordem internacional

Para averiguar do grau de conformação dos BRIC com a ordem internacional, seleccionou-se uma amostra de instituições de vocação global. Na análise do quadro (fig. 3), que contém os P5<sup>25</sup> ao centro e os países do G4<sup>26</sup> nas extremidades, importa ter a noção de que, enquanto algumas das instituições ou regimes listados são de adesão voluntária (por exemplo o NPT), noutros a adesão tem de ser consentida pelos que já são membros da organização (OMC, por exemplo) ou pela própria AGNU (constituição do CSNU).

	Japão	Alemanha	França	R.Unido	EUA	Rússia	China	Índia	Brasil
CSNU (P5)	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
NPT	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
NSG	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
CTBT	Sim	Sim	Sim	Sim	Não*	Sim	Não*	Não	Sim
G7	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
OCDE/AIE	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
G8	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
G20/G8+5	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
FMI	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
OMC	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
PIDCP	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não*	Sim	Sim
PIDESC	Sim	Sim	Sim	Sim	Não*	Sim	Sim	Sim	Sim
TPI	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim
Prot. Quioto	Sim	Sim	Sim	Sim	Não*	Sim	Sim	Sim	Sim

\* Assinou, mas não ratificou.

Figura 3 - Conformação com mecanismos de regulação do sistema internacional

Olhando para o quadro, é possível extrair algumas observações: a grande divisão é entre as economias desenvolvidas, que integram o G7 e a OCDE, e as economias emergentes<sup>27</sup>; duas das maiores economias do mundo – o Japão e a Alemanha, derrotados na Segunda Guerra Mundial – e duas importantes economias emergentes, potências regionais e demográficas (neste caso mais a Índia que o Brasil) não são membros permanentes do CSNU, mas a França e o Reino Unido sim; a Índia, potência nuclear, permanece à margem da ordem nuclear; a Rússia está fora da OMC; a China não ratificou o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) nem o Tratado de Interdição

<sup>25</sup> Grupo dos cinco membros permanentes do CSNU.

<sup>26</sup> Grupo *ad hoc* dos quatro países “candidatos” a membros permanentes do CSNU no quadro da reforma de 2005 da ONU.

<sup>27</sup> O G8, que inclui os países do G7 mais a Rússia, foi criado em 1997 e reúne a nível de Chefes de Estado e de Governo. Não deve ser confundido com o G7, que continua a existir, normalmente reunindo a nível de ministros das finanças.



Total de Testes Nucleares (CTBT); finalmente os EUA, alimentando as acusações que lhe são feitas de unilateralismo, que a administração eleita em Novembro de 2008 visivelmente procura inverter, estão fora do Pacto Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC), do CTBT, do TPI (acompanhados por China, Índia e Rússia) e do protocolo de Quioto à convenção sobre alterações climáticas das NU.

As instituições em que estão presentes todos os países constantes no quadro são o G20, o G8+5<sup>28</sup> e o FMI. O G20, criado em 1999, é o grupo dos ministros das finanças e dos governadores dos bancos centrais de 19 das 25 maiores economias do mundo. O G20 representa cerca de 85% da economia, 80% do comércio e dois terços da população mundiais, integrando os países do G7, os BRIC, a Austrália, a Indonésia, a Coreia do Sul, a Turquia, a Arábia Saudita, a África do Sul, a Argentina e a União Europeia. O G20 ganhou grande visibilidade no final de 2008, quando se realizou em Washington a cimeira sobre os mercados financeiros e a economia global<sup>29</sup>, na qual se acordou na necessidade de melhorar a regulação dos fluxos financeiros internacionais e de revitalizar a ronda de Doha da OMC. A 2 de Abril a cimeira do G20 voltou a reunir-se, desta feita em Londres, tendo sido acordadas diversas medidas para restaurar o crescimento da economia mundial; melhorar a regulação e supervisão financeira; resistir ao proteccionismo, promovendo o comércio e o investimento (a maior parte dos países do G20, apesar daquilo a que se tinham comprometido em Washington meses antes, tinha entretanto erguido barreiras proteccionistas que, apesar de consistentes com os acordos em sede de OMC, geraram controvérsia, alimentando receios de se poder estar perante dinâmicas semelhantes às da Grande Depressão que antecedeu a Segunda Guerra Mundial); minimizar o sofrimento dos mais pobres; e reformar e modernizar as instituições financeiras internacionais, dotando-as de modelos de governação mais consentâneos com as mudanças ocorridas na economia mundial. Esta última disposição é uma abertura para que as chefias do FMI e do Banco Mundial deixem de ser atribuídas em exclusivo a europeus ou americanos<sup>30</sup>. Algumas ideias avançadas por dignitários russos e chineses antes da Cimeira de Londres no sentido de substituir o dólar por uma moeda de reserva supranacional não fizeram vencimento. Neste contexto, tem-se discutido se a crise é sintoma de uma transferência do poder a nível

---

<sup>28</sup> O G8+5, formado em 2005 para injectar ímpeto na ronda de Doha da OMC, integra, além dos países do G8, as cinco grandes economias emergentes (Brasil, China, Índia, México e África do Sul). Tem reunido à margem do G8. O futuro dirá se o G8+5 perderá sentido face a um dinamismo crescente do G20.

<sup>29</sup> Na cimeira estiveram também presentes o Banco Mundial, o FMI e o Fórum de Estabilidade Financeira, bem como, a título extraordinário, a Espanha e a Holanda.

<sup>30</sup> Do comunicado: “*we agree that the heads and senior leadership of the international financial institutions should be appointed through an open, transparent and merit-based selection process*” (G20, 2009: 6).

mundial. Mas não é evidente que o seja. Com efeito, como dizem Burrows e Harris, “a crise financeira levanta a questão de saber se (...) a crise será uma oportunidade para os EUA emergirem mais fortes nos próximos anos, ajudando-os a manter uma vantagem maior [durante] mais tempo” (2009: 33).

No plano inter-regional, podemos observar (fig. 4) como existem muitas estruturas de diálogo e coordenação, embora com objectivos muito diferentes. Por outro lado, uma estrutura como a OTAN não se pode comparar, em grau de institucionalização, com as negociações entre as seis partes (SPT) que lidam com a questão nuclear norte-coreana ou com o Quarteto para o Médio Oriente (NU, UE, Rússia e EUA)<sup>31</sup>. Mas estas duas últimas são exemplos de estruturas de diálogo que, nalguns casos, podem constituir semente para instituições mais consolidadas. Neste contexto, o Fórum Regional da ASEAN é um bom exemplo de um mecanismo de diálogo alargado que tem por foco uma região do mundo muito importante por razões económicas e estratégicas – o Sudeste asiático – onde confluem os interesses de praticamente todas as grandes potências. Finalmente, é importante que as estruturas inter-regionais não sejam vistas como ameaçadoras, como acontece com a OTAN em relação à Rússia ou com a SCO em relação aos EUA.

	Japão	Alemanha	França	R.Unido	EUA	Rússia	China	Índia	Brasil
OEA									
OTAN									
OSCE									
SCO									
ASEAN RF		União Europeia							
SPT (Coreia)									
APEC									
Quarteto MO		União Europeia							
P5+1 (Irão)									

Figura 4 – Conformação com estruturas de diálogo e coordenação inter-regionais

O que importa sublinhar é que, com alguns aperfeiçoamentos e ultrapassadas algumas percepções negativas, muitas organizações regionais e funcionais nos mais diversos domínios podem, a par dos mecanismos de regulação de vocação global, ordenar espaços políticos e de segurança, espaços económicos, etc. Todos estes mecanismos de regulação, cujos graus de institucionalização diferem muito entre si, ocupam um patamar entre os Estados e o plano da regulação global, contribuindo para gerir melhor a “complexidade crescente” (Moreira, 2004: 321) do sistema internacional<sup>32</sup>.

<sup>31</sup> Repare-se que, no Quarteto, dois membros do grupo são Estados e dois são organizações internacionais.

<sup>32</sup> Focámos a atenção em mecanismos *inter-regionais*, porque nos preocupa a manutenção do diálogo entre áreas que, de outra forma, poderão tender a constituir-se como blocos mais ou menos isolados, favorecendo dinâmicas de polarização e hostilidade recíproca. Mas, como é evidente, existem importantíssimos

### **b. O cenário quase ideal do multilateralismo eficaz**

Do ponto de vista da ordem mundial, o cenário mais favorável em nossa opinião será aquele em que (1) uma reforma do CSNU faça com que este órgão reflecta melhor as realidades da distribuição do poder mundial (simultaneamente em termos simbólicos e de capacidades), reforçando a sua credibilidade e legitimidade; (2) uma aproximação das maiores economias emergentes às economias dos países mais desenvolvidos encontre uma plataforma para o diálogo e a coordenação de políticas energéticas e ambientais; (3) os países que estão fora da “ordem nuclear”, designadamente a Índia, venham para dentro dela; (4) os EUA regressem mais energicamente a uma política de multilateralismo que faça os outros aceitarem a sua indispensável liderança; (5) as grandes potências que ainda estão de fora adiram a certos regimes como o CTBT e o TPI, ou adiram/sejam admitidas em organizações como a OMC; (6) seja estabelecido um quadro credível de regulação dos fluxos de capitais a nível mundial e mantidos os mercados abertos (incluindo os mercados financeiros globais que, no rescaldo da crise, se corre o risco de serem asfixiados por excesso de regulação), para garantir a estabilidade e o crescimento económicos globais e minimizar o risco do regresso a blocos protegidos e conflitos políticos<sup>33</sup>; (7) as áreas onde confluem interesses dos países mais poderosos suscitem a cooperação entre estes para resolver, ou pelo menos conter, problemas políticos muito complexos (no Médio Oriente, por exemplo), bem como para aumentar as oportunidades de desenvolvimento e a capacitação institucional das estruturas estatais dos países mais pobres (por exemplo em África); (8) como corolário do anterior, as áreas referidas não sejam palcos de lutas por influência e confrontação indirecta entre as grandes potências, nem áreas de proliferação de estados falhados, armas de destruição maciça e terrorismo, etc.; (9) organizações inter-regionais como a OTAN e a SCO não contribuam para extremar posições e polarizar o sistema internacional; (10) se alcancem resultados efectivos nos esforços de desarmamento e controlo de armamentos, nomeadamente ao nível do armamento nuclear da Rússia e dos EUA, etc.

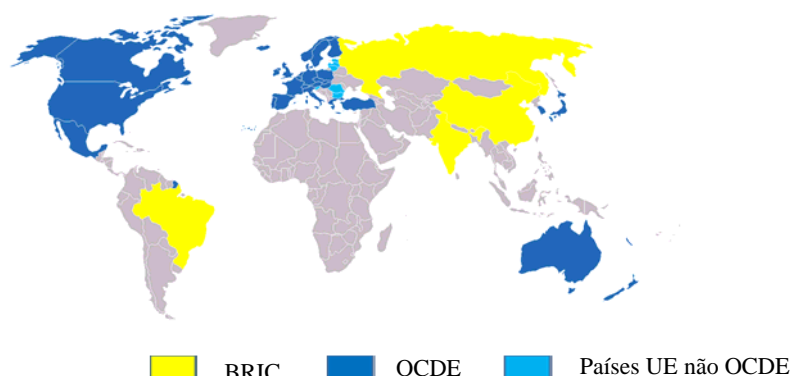
Se, como se faz na figura 5, juntarmos os BRIC à área coberta pelos países da OCDE e da UE, verificamos que, grosso modo, as áreas do globo que ficam de fora são,

---

mecanismos de cooperação *intra-regional* que melhoram a capacidade de gestão do sistema internacional, como se pode ver no Apêndice I – Corpo de conceitos.

<sup>33</sup> Medeiros considera que, de entre as vantagens do sistema comercial da OMC, importa realçar o contributo desta “para a paz mundial, dado que favorece a liberdade de fluxos internacionais de bens e serviços, bem como regula os diferendos que se patenteiam em questões comerciais. A probabilidade de conflitos políticos diminui à medida que se reforça a confiança e a cooperação” (2003: 250 a 253).

além das regiões polares, parte da América Latina; África; algumas partes da Europa oriental; o Médio Oriente, a Ásia Central e o Cáucaso; e o Sudeste asiático.



Haverá ordem se os actores mais poderosos estiverem genuinamente interessados em acomodar pacificamente os seus interesses<sup>34</sup> e concertarem-se entre si para garantir a ordem onde for necessário. Mas se, pelo contrário, prevalecerem as disputas por zonas de influência, facilmente se identificam áreas onde se cruzam frentes de conflito potencial entre praticamente todas as grandes potências actuais e em perspectiva.

### c. O cenário da desordem mundial

É certamente verdade (1) que a nenhum dos BRIC parece interessar neste momento uma grave perturbação do sistema internacional, porquanto a estabilidade deste é uma condição indispensável do êxito dos seus programas de crescimento; (2) que, apesar da modernização do instrumento militar que qualquer dos quatro países prossegue, nenhum parece apostado numa corrida aos armamentos; (3) que é possível que a actual configuração uni-multipolar do poder no mundo evolua para uma configuração multipolar (Kissinger, 1994; Zakaria, 2008; NIC, 2008), e não para uma bipolarização que é característica dos grandes conflitos sistémicos (Nye, 2000: 44); (4) que esta mesma tendência para a multipolaridade configura uma tenaz geopolítica em torno da China – o país cuja ascensão no fundo mais preocupa os EUA –, formada pela Índia, a Rússia e o Japão; (5) que a multipolaridade do sistema internacional pode favorecer um multilateralismo que permita encontrar soluções eficazes para os problemas globais (embora não seja obrigatório que o faça, porquanto multipolaridade não é sinónimo de

<sup>34</sup> Por exemplo, China, Japão, EUA e Rússia acomodam interesses divergentes no Nordeste asiático; China e Índia resolvem disputas territoriais e acomodam interesses em relação ao Paquistão e Myanmar; China, Índia, EUA e Japão cooperam no sudeste asiático e no Índico; EUA, Europa, Rússia, China, Índia e Japão acomodam interesses nos Balcãs Globais; EUA, Rússia e Europa acomodam interesses no Leste Europeu e no Cáucaso; EUA, Brasil, Europa cooperam para estabilizar costa ocidental africana e América Latina; EUA, Rússia, Europa cooperam para estabilizar margem sul do Mediterrâneo; etc.





multilateralismo); e, finalmente, mas não menos importante (6) que, no que respeita às grandes potências, estabelecidas ou aspirantes, mesmo apenas em relação a acções militares ao nível clássico “a existência do nível nuclear cria, por si, uma atmosfera de prudência” (Couto, 1989: 110).

No entanto, sendo verdade o que ficou dito, não se pode honestamente excluir a possibilidade de, no contexto de diversos cenários de risco que se podem conceber<sup>35</sup>, a reconfiguração em curso da estrutura do sistema internacional provocar, a prazos mais dilatados, uma grave perturbação da paz e da segurança mundial, como o sugerem, entre outras, as teorias da assimetria dos poderes (Moreira, 2005: 268) ou a teoria da transição do poder (Goldstein, 2005: 82).

Com efeito, se a interdependência económica cria solidariedades que podem reforçar a estabilidade planetária, não se pode afirmar com segurança que as relações de força entre os Estados desapareceram das relações internacionais. E, portanto, não pode deixar de colocar-se a possibilidade da redistribuição do poder no sistema internacional configurada pela ascensão dos BRIC ser geradora de graves tensões e, em última análise, conflitos de grande dimensão, embora se reconheça que grandes conflitos que arrastem as grandes potências para um conflito mundial são improváveis nos próximos anos.

Se olharmos para as projecções do Goldman Sachs atrás apresentadas, verificamos que estas teorias poderão ser testadas por volta de 2025, altura em que se admite que o PIB chinês poderá estar a ultrapassar o norte-americano. Com efeito, a actual distribuição do poder no mundo poderá ser muito diferente por volta de 2025, altura em que se admitem cenários em que, podendo o arsenal nuclear chinês alcançar o arsenal russo e o americano (Revi, 2007: 98 e 116), seja maior o risco de conflito entre potências nucleares (Tertrais, 2008: 29). Nada obriga, porém, a que por essa altura se formem dois campos antagónicos no sistema internacional. Mas uma bipolarização do sistema, centrada em Washington e Pequim por exemplo, pode ocorrer, principalmente se entretanto as alianças dos EUA na Europa e na Ásia tiverem enfraquecido.

Evidentemente que formular este cenário, entre outros possíveis<sup>36</sup>, e elencar uma série de perguntas cuja resposta se afigura impossível neste momento, não significa dizer

---

<sup>35</sup> Ver, por exemplo, ACT, 2008: B-9 a B-19.

<sup>36</sup> Apesar de não ser o único cenário perigoso para a ordem mundial, preferimos isolar o caso do desafio chinês à proeminência norte-americana porque, de facto, as consequências estratégicas da ascensão da China são o caso mais estudado: desde 2001 o Pentágono, por lei, entrega anualmente no Congresso um relatório sobre o poder militar da China; e o capítulo que Zakaria (2008) dedica à China intitula-se *The Challenger* (o que dedica à Índia, por seu turno, chama-se *The Ally*).





que uma guerra mundial é inevitável. Mas o exercício de “pensar o impensável” é sempre um primeiro passo do caminho para o evitar.

Como vimos atrás, estão em aberto muitos cenários razoavelmente plausíveis que, a concretizarem-se, configuram situações de grande instabilidade e enormes riscos para a paz e a segurança internacionais. O que importa agora ver é se esses cenários, que à partida têm um foco primariamente regional, podem evoluir, e como, para uma grande conflagração mundial, a qual seria precedida de uma bipolarização do sistema internacional envolvendo todas as grandes potências do sistema. Se essa bipolarização não existir, se uma ou mais das grandes potências não se envolver, a conflagração não é, por definição, mundial.

Entre aquelas que serão no futuro as causas fundamentais de conflito global, autores como Huntington (1996) defendem que serão sobretudo culturais, funcionando as principais civilizações como grandes placas tectónicas que tenderão a chocar entre si. A tese gerou grande polémica, mas é inegável que muita da conflitualidade actual, particularmente nos “Balcãs Globais”, onde pelo menos cinco daquelas placas se encontram (Ocidente, Islão, China, Índia, Rússia), em maior ou menor escala dá alguma razão ao cientista político norte-americano recentemente desaparecido. No entanto, já a conflitualidade entre a Rússia e os EUA, em que a Europa tem uma posição mais ambígua, relativamente ao controlo do Cáucaso e da Ucrânia, parece ter contornos geopolíticos clássicos e não tanto questões culturais. Ou então, neste caso indo ao encontro das teses de Kagan (2008), é motivada ou exacerbada por um conflito em perspectiva entre democracias e autocracias. Esta divisão de carácter mais ideológico, colocando de um lado as democracias e, do outro, a Rússia, a China e outros governos autocráticos, por vezes parece inspirar a ideia de dar à OTAN um papel mais global, envolvendo o Japão, a Índia, a Austrália e outros países. Em concreto, diz-se, terá inspirado a orientação anti-norte-americana da SCO, além de que parece ter inspirado uma *quadrilateral initiative*<sup>37</sup> que, sem o explicitar, ligaria os EUA, o Japão, a Austrália e a Índia numa coordenação vigilante, a tender para a contenção se necessário, da China. Mas a verdade é que os alinhamentos não têm hoje a mesma consistência estratégica que tinham no tempo da Guerra Fria, a começar pelo próprio processo europeu e pelo vínculo transatlântico.

---

<sup>37</sup> A iniciativa terá partido do vice-presidente norte-americano Cheney, no Verão de 2007, embora os países asiáticos não estivessem muito interessados na polarização que a iniciativa, tal como publicitada, de algum modo implicava. Mas alguns autores acreditam que, mais ou menos institucionalizado, é natural algum alinhamento entre os quatro países tendo em vista a China (Chellaney, 2008).

A figura 6 ilustra as tensões a que já aludimos. Sendo diferentes as causas e as intensidades das tensões, e, portanto, variável a sua consistência, e com toda a carga subjectiva que envolve a grossura com que arriscámos desenhar os traços, a figura ajuda-nos no exercício de pensar quais os alinhamentos mais prováveis por que as grandes potências optariam, ou para que seriam arrastadas, num caso de bipolarização do sistema internacional. Ou, pelo menos, o exercício menos ambicioso de formular algumas perguntas plausíveis, mesmo que as deixemos sem resposta.

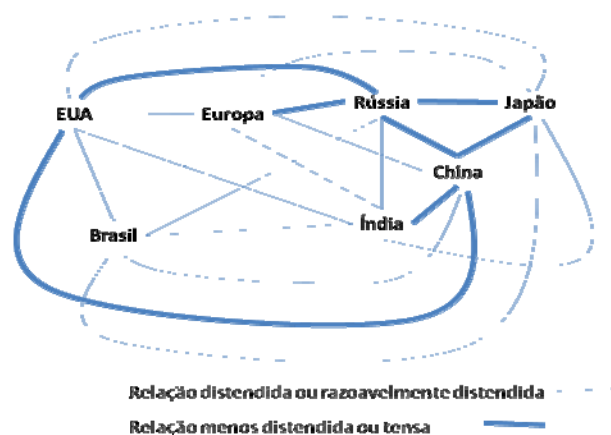


Figura 6 – Padrão de relações bilaterais abrangendo EUA, Europa, Japão e os BRIC

Alguns cenários são à partida muito pouco prováveis: por exemplo o Brasil unir-se ao Japão contra a Índia. Por outro lado, uma disputa entre a Rússia e a China no extremo oriente dificilmente dividiria o mundo em dois campos antagónicos. Já, pelo contrário, uma aliança militar entre Pequim e Moscovo (que a SCO ainda não é), ou entre Pequim e Tóquio, teria certamente consequências catalíticas no xadrez geopolítico mundial. Um conflito entre a China e o Japão mobilizaria certamente os EUA. Uma agressão militar chinesa a Taiwan, não provocada, certamente mobilizaria os EUA e o Japão, mas é duvidoso que mobilizasse a Europa. Um conflito grave no Sudeste asiático dificilmente deixaria de envolver a Índia, a China, o Japão e os EUA, mas, mais uma vez, provavelmente não mobilizaria a Europa ou o Brasil. Outro cenário concebível é, por exemplo, uma disputa por influência em África começar a projectar-se para o plano global. E que dizer de uma guerra, não contida, entre a Índia e o Paquistão? Mobilizaria a China? Como é que um tal conflito se projectaria no Afeganistão e, por arrastamento, no Irão e por aí adiante? Como é que a Rússia ou os EUA, ou mesmo a Europa e o Japão, poderiam manter-se à margem?



No ambiente estratégico contemporâneo, nenhuma grande potência calcula que os benefícios de uma vitória militar sobre uma grande potência rival possa superar os custos de um confronto directo, sobretudo quando se corre o risco de o mesmo escalar para o patamar nuclear. Mas a polarização é sempre possível. Os cenários de radicalização e de formação de alianças são diversos e dependem da resposta a perguntas como as que se seguem: como evoluirá o poder dos EUA no sistema internacional nos próximos 20 anos? A ascensão dos BRIC concretizar-se-á completamente, ou um ou mais daqueles países implode ou estagna, esmagado por problemas internos? O Ocidente e a própria Europa manter-se-ão unidos em cenários de oposição à Rússia e à China? Neste caso, de que lado estarão o Brasil e a Índia? Até quando se mantém o Japão estrategicamente constrangido? E, eventualmente ultrapassados estes constrangimentos, optará por um destino asiático, sozinho ou em coligação? A Índia unir-se-á à Rússia (e ao Irão) para excluir o Ocidente (e a China) do Índico? A China, a Rússia e a Índia aliar-se-ão para expulsar o Ocidente dos “Balcãs Globais”? O Brasil, projectando estabilidade para a costa ocidental africana, consegue impor-se naturalmente como o estado organizador de uma comunidade geopolítica do Atlântico Sul? Neste caso alinhará com o Ocidente para manter ligadas a segurança do Atlântico Sul e a do Atlântico Norte? Optará por uma agenda “bolivariana”?

#### **d. A construção de um multilateralismo eficaz**

Não havendo nenhuma receita milagrosa para evitar todos os futuros perigosos, uma reforma das instituições do sistema internacional que espelhe melhor as realidades mundiais é, ainda assim, um bom ponto de partida.

No cume dos mecanismos de regulação multilateral das interdependências globais encontra-se o sistema das NU. Com todas as suas insuficiências e deficiências<sup>38</sup> é verdade, mas também com todas as suas virtudes, a menor das quais não é certamente a de ali ser “o único lugar onde todos os Estados podem falar com todos” (Moreira, 2008: 210). Por outro lado, na ausência de uma autoridade mundial suprema, tem de reconhecer-se que vai permanecendo geralmente válido o princípio, que reflecte a hierarquia do poder, de atribuir mais responsabilidades pela segurança do sistema a quem tem mais capacidade para isso (Clark, 2009: 24). Com efeito, note-se que países aspirantes a membros permanentes do CSNU não contestam propriamente a falta de democraticidade de um órgão que tem um

---

<sup>38</sup> Como dizem Brzezinski e Scowcroft, num diálogo sobre o futuro da política externa americana (2008: 32): “SCOWCROFT: (...) *Maybe the UN is a bad model, but it happens to be the only organization that touches everybody right now. I would seek to reform it rather than start over again.* BRZEZINSKI: *To start all over again, one would have to have a cataclysm first.*”



número reduzido de membros com direito de veto; o que contestam é a falta de representatividade do órgão, sobretudo porque não fazem parte desse núcleo duro. Deste modo, permanecendo o princípio válido, o que se questiona é a capacidade do CSNU, em particular do seu actual núcleo permanente, para garantir a segurança do sistema internacional nos termos previstos; ou, pelo menos, para liderar eficazmente os esforços da comunidade internacional nesse sentido. Os cinco membros permanentes do CSNU são potências nucleares, concentrando cerca de 3/4 das despesas militares anuais mundiais (só os EUA gastam metade do total mundial) e, portanto, possuem uma força impressionante, o critério que a Carta das Nações Unidas estabelece para o efeito.

Mas a representatividade deste núcleo permanente, mesmo sem pôr em causa o princípio, é sem dúvida discutível. Não é só porque os cinco Estados que o integram apenas representam cerca de 30% da humanidade (a China representa 20%; os EUA 5%; a Rússia 2%; a França e o Reino Unido 1% cada). Um núcleo destes, mesmo que tenha 7 ou 8 membros, terá sempre uma representatividade limitada; por outro lado, pode argumentar-se que quanto maior, menor será a sua capacidade de reacção e, porventura, a sua operacionalidade. Para obstar à representatividade limitada do CSNU existe a rotação dos membros não permanentes com quotas para cada região e, em última análise, a AGNU. Mas como é que se pode considerar razoável que, nesse núcleo permanente, a Europa Ocidental tenha dois representantes, que um país de mais de 1100 milhões de habitantes (a Índia) não pertença, que a Cristandade tenha quatro representantes (e o Ocidente três) e o Islão nenhum, ou que a América do Sul e África não tenham nenhum representante? Entre os argumentos dos defensores da reforma do CSNU, misturam-se, por isso, critérios tendencialmente objectivos, como a dimensão dos contributos financeiros para o funcionamento da organização e para a ajuda ao desenvolvimento, com critérios mais simbólicos, como o da representatividade regional e demográfica (UN, 2004; 2005).

Este último é importante, sem dúvida, porque não parece que a força sem uma legitimidade que suscite adesão, aplacando resistências directas ou indirectas, possa garantir a eficácia. No caminho para a reforma pouco ambiciosa das NU que acabou por prevalecer em 2005, chegou a constituir-se um grupo informal de quatro países candidatos a membros permanentes do CSNU – a Alemanha, o Brasil, a Índia e o Japão. Também se falou na necessidade de África estar representada. Todas estas ideias e países tinham a sua base de apoio, mas, no final, por diversas razões, entre as quais algumas rivalidades



regionais, não foi possível o consenso alargado necessário para levar avante qualquer das modalidades de acção de reforma do CSNU apresentadas pelo secretário-geral (UN, 2005).

Não se contestando benefícios a uma reforma mais ambiciosa, há que simultaneamente ter a noção de que aquela só por si não resolve os problemas da ordem mundial, nem torna automaticamente mais eficazes as NU. Se o multilateralismo é tanto mais facilitado quanto os mecanismos de regulação e o peso de cada actor nos processos de decisão dos mesmos reflectir a realidade, a sua eficácia depende em última análise da vontade das lideranças políticas. Por outro lado, as instituições multilaterais não substituem o diálogo bilateral, em particular entre as grandes potências.

Portanto, não argumentaremos que as estruturas multilaterais só por si eliminam o risco de tensão ou de conflito. Nem eliminam o “interesse nacional” (Couto, 1988: 65), a “política de poder” (Couto, 1988: 69) ou a importante influência da estrutura de distribuição do poder no sistema internacional sobre o comportamento dos Estados. O que defendemos é que, sendo estas instituições a expressão de um interesse comum, o funcionamento delas contribui para uma atmosfera de diálogo, diminuindo a probabilidade de radicalização. Por outro lado, quando esta acontece, no quadro multilateral é mais fácil criar a atmosfera propícia à distensão. Mas as instituições só têm sustentação se tiverem subjacente um real interesse comum. O multilateralismo tem de ser alimentado. Se todos ou parte dos principais actores não se revirem nos mecanismos de regulação, porque nem sequer lhes é dada a possibilidade das suas pretensões serem ouvidas e acomodadas nesses mecanismos, a sua reacção natural será desafiá-los, directa (se e quando tiverem capacidades para isso) ou indirectamente, procurando estabelecer uma nova ordem mais favorável aos seus interesses. Mas, ao mesmo tempo, é verdade que para os mecanismos de regulação serem eficazes, precisam de dispor de capacidades. Deve procurar-se, portanto, combinar o critério da capacidade com alguma forma de representatividade.

Como disse o primeiro-ministro da Índia<sup>39</sup>, “assim como o mundo acomodou o rejuvenescimento da Europa no pós-guerra, deve [preparar-se para] acomodar a ascensão das novas economias asiáticas nos próximos anos. Isto significa que precisamos de novas instituições globais e de novas ‘regras do jogo’ globais que possam facilitar a ascensão pacífica de novas nações na Ásia. Também significa que as instituições e estruturas de cooperação globais existentes têm de evoluir e mudar para acomodar esta nova realidade”.

---

<sup>39</sup> Discurso proferido por Manmohan Singh em Nova Deli, em 7/12/2006, no *Asia Forum* da *London School of Economics*. Disponível na internet em <<http://www.rediff.com/money/2006/dec/07pm.htm>>.



No entanto, a reforma do CSNU tem sido, e provavelmente continuará a ser, uma tarefa praticamente impossível. Assim, algumas formações de países, como o G20, de algum modo transcendem simbolicamente o fracasso da reforma do CSNU e a ausência das maiores economias emergentes no G7. Por outro lado, não é evidente que o alargamento do G7 a apenas três ou quatro países suscite o entusiasmo de economias emergentes como a China, a quem pode não interessar ficar com “obrigações” inerentes ao estatuto de país rico, nem ser visto como tal pelo resto do mundo em desenvolvimento. Neste contexto, o G20, uma formação mais alargada, atenua um pouco essa perspectiva.

#### **e. Síntese conclusiva**

Apesar do grau de conformação dos BRIC com a ordem internacional ser bastante razoável e de, com optimismo, se poder conceber um cenário de multilateralismo eficaz, a verdade é que são concebíveis cenários igualmente plausíveis de grande desordem mundial. Não havendo receitas nem garantias, a melhor opção, para contrariar dinâmicas de polarização de um sistema internacional em que a regra é a interdependência, é promover o bom funcionamento do multilateralismo, o que, como é óbvio, exige vontade política das principais potências. Neste capítulo pretendemos validar a H3 – “A assunção de maiores responsabilidades por parte dos BRIC, consentâneas com as suas capacidades crescentes e o seu potencial de representatividade e legitimidade, melhora o funcionamento dos mecanismos de regulação do sistema internacional”. De caminho, discutindo a reforma do CSNU, observámos como as grandes potências emergentes não contestam propriamente os princípios em que se fundamenta a ordem. É um problema de representação. O ideal seria, portanto, o alargamento do CSNU a mais alguns membros permanentes. Não sendo isso possível, é importante que as potências “candidatas” e outras se disponham a integrar grupos menos institucionalizados e de geometria variável como o G20. O que oferece boas perspectivas de que o futuro venha a validar a hipótese enunciada.

### **5. Portugal e o crescimento dos BRIC**

#### **a. A circunstância portuguesa**

Portugal tem uma população que constitui 0,16% da população mundial<sup>40</sup>, uma economia cuja produção anual representa 0,3% do total mundial e despesas militares que rondam 0,17% das despesas militares mundiais (CIA, 2008). Na UE, a população portuguesa é 2%, a economia 1,3% e as despesas militares 1,2% do total (CIA, 2008). É

---

<sup>40</sup> Se as projecções do UNPFA estiverem correctas, em 2050 esta percentagem deverá ser de 0,11%, visto que a população mundial deverá crescer dos actuais 6750 milhões para 9200 milhões, enquanto a população portuguesa deverá diminuir dos actuais 10,7 milhões para 10 milhões (UNPFA, 2008: 86).



fácil ver, portanto, que o Estado português não comanda capacidades que lhe permitam moldar significativamente a estrutura e as regras do sistema internacional, bem como limitar as opções ou influenciar decisivamente o comportamento de qualquer dos seus actores mais relevantes. Mesmo à escala regional, as suas capacidades são muito limitadas.

Para Portugal, a posição geográfica euro-atlântica e a configuração territorial constituem um valor que tem variado com a circunstância portuguesa e com a conjuntura internacional. Havendo capacidade, esse valor constitui um poder funcional (Moreira, 2005: 253). Na falta de capacidades próprias, pode tornar-se numa vulnerabilidade.

Neste contexto, a história portuguesa confronta-nos com um legado ambivalente. Contemplar a epopeia das Descobertas e os países de língua oficial portuguesa em quatro continentes lembra-nos o passado imperial que povoa de glórias o nosso imaginário colectivo. Mas boa parte da diáspora portuguesa no mundo lembra-nos que frequentemente temos sido um país relativamente pobre e atrasado, de onde ainda recentemente muitas pessoas saíam à procura de melhores condições de vida. A lusofonia tem estas duas faces, sendo todavia inegável o capital político intangível que resulta do nosso percurso histórico.

Apesar de as suas capacidades serem limitadas, Portugal hoje pertence ao grupo dos países mais modernos e ricos do planeta, com um PIB *per capita* que, sendo apenas cerca de 65% do da UE é, ainda assim, mais do dobro do PIB *per capita* mundial (CIA, 2008). Os principais mercados de destino das exportações portuguesas foram, em 2007, Espanha (26,7%), Alemanha (12,5%) e França (12,0%)<sup>41</sup> (INE, 2009: 16). As principais origens das importações portuguesas também foram Espanha (29,5%), Alemanha (12,8%) e França (8,3%)<sup>42</sup> (INE, 2009: 16). Espanha, o nosso maior parceiro comercial, com uma economia cerca de seis vezes maior (CIA, 2008), e como nós membro da União Europeia e da OTAN, é o único país com que Portugal tem fronteiras terrestres. Em termos globais, quase 80% das trocas fizeram-se com países da UE e quase 90% com países da OCDE. Como acontece com muitos países europeus, Portugal é fortemente dependente do ponto de vista energético e totalmente dependente em petróleo e gás natural. Por outro lado, o comércio externo português em 2008 representou 57% do PIB, quando a nível mundial esta razão é cerca de 40% (CIA, 2008), o que sugere o grau de interdependência do país com o sistema internacional.

---

<sup>41</sup> A estes três principais mercados seguiram-se, com quotas na ordem dos 5%, a Itália, os Países Baixos e o Reino Unido (INE, 2009: 16).

<sup>42</sup> A estes três maiores clientes portugueses, seguiram-se, com quotas na ordem dos 5%, o Reino Unido, os Estados Unidos e Angola (INE, 2009: 16). Assim que estiverem perfeitamente consolidados os dados relativos a 2008, deve confirmar-se que Angola se está a tornar o nosso 4º maior cliente.



### **b. A gestão das interdependências**

A segurança e a prosperidade de Portugal estão estreitamente ligadas ao bom funcionamento do sistema internacional. Portugal tem, por isso, todo o interesse em que os mecanismos de regulação, e consequentemente o próprio sistema, funcionem bem. Nestas circunstâncias é mais fácil o Estado garantir a segurança e as condições para o bem-estar dos portugueses, bem como gozar da liberdade de acção de que o país carece para prosseguir autonomamente alguns interesses políticos e económicos próprios. Portugal, como outros países, gere assim as suas interdependências através da presença em numerosas organizações internacionais, desde logo nos órgãos e agências especializadas do sistema das NU e noutras instituições e acordos de vocação global.

Um dos fundamentos da estabilidade do actual sistema internacional é o vínculo estratégico transatlântico. Não estranha, pois, que o nosso sistema de segurança e defesa tenha como eixo estruturante a OTAN. Como refere o CEDN, a OTAN, como organização de defesa colectiva, “corresponde à melhor opção de Portugal no quadro da defesa do nosso espaço geográfico e da valorização da nossa posição estratégica” (CEDN, 2003: §7.2). Por outro lado, Portugal, enquanto membro da UE, “tem o maior interesse estratégico na estabilidade, coesão e aprofundamento do projecto europeu” (CEDN, 2003: §7.3). Consequentemente, Portugal tem toda a vantagem na preservação do vínculo transatlântico e no bom relacionamento entre a Europa e os EUA, devendo interessar-lhe uma agenda transatlântica multidimensional, bem preenchida e favorecedora de dinâmicas de convergência entre os dois espaços, não lhe interessando “uma visão conflitual ou concorrencial entre as políticas europeia e atlântica” (CEDN, 2003: §7.4), em particular nas áreas da segurança e defesa.

Uma eventual rotura do vínculo estratégico transatlântico, por seu turno, provocaria a estagnação ou mesmo o retrocesso do processo europeu, visto que exacerbaria as forças centrífugas a que este é submetido, polarizando visões e projectos que ainda não estão devidamente conciliados internamente. Com efeito, nas actuais circunstâncias, o desenvolvimento do processo europeu só poderá ocorrer num cenário de preservação do vínculo transatlântico. Aliás, não se vislumbra um cenário de estabilidade global a médio prazo que sobrevivesse à rotura dos laços transatlânticos.

Importa igualmente referir a CPLP, “um instrumento relevante para o relacionamento entre povos ligados pela história, pela cultura e pela língua, para a afirmação lusófona nas instituições internacionais e para a efectivação de uma comunidade



de valores e interesses económicos, culturais e de cidadania” (CEDN, 2003: §7.5), bem como para a definição de um espaço de influência lusófona; e que, para Portugal, é um dos instrumentos de preservação a vários níveis da sua identidade e, nalguns aspectos, de valorização da posição internacional do país na articulação dos diversos espaços geopolíticos em que Portugal se insere. Consequentemente, Portugal tem todo o interesse em que uma eventual organização político-estratégica do Atlântico Sul (onde residem cinco países da CPLP, incluindo os dois maiores – Brasil e Angola) não se faça numa perspectiva de divergência com a comunidade do Atlântico Norte. A mesma coisa se pode dizer para a América do Sul: um cenário de divergência entre o sul e o norte do continente americano provavelmente colocaria Portugal perante algumas escolhas dolorosas. Também uma dinâmica de divergência entre as margens norte e sul do Mediterrâneo é prejudicial ao interesse português, não apenas pela importância que o Magrebe tem para Portugal, mas também pelo efeito de contágio negativo que uma tal situação poderia estender à atmosfera das relações mais gerais entre a Europa e África.

### **c. Riscos e oportunidades**

No que anteriormente chamámos o “cenário quase ideal do multilateralismo eficaz”, assente na organização regional do globo em 6 ou 7 grandes espaços relativamente homogêneos, Portugal não corre grandes riscos. Pelo contrário, pode valorizar a sua posição geográfica e a sua vocação histórica, entre outras razões porque um desses grandes espaços – o Atlântico Sul – terá uma identidade com tons latinos e, provavelmente, será representado em muitas circunstâncias pelo Brasil. Deste modo, Portugal vê automaticamente catapultado o valor da língua e, embora devam moderar-se expectativas irrealistas, todos os benefícios que daí podem advir. Ainda que numa escala e num modo diferente, o mesmo se pode dizer, por exemplo, para a África Austral, uma importante sub-região do continente africano. De um modo ainda diferente, Portugal pode, pontualmente, ter alguma função de articulação ou facilitação quando a China utiliza Macau como uma plataforma para as relações económicas e comerciais com outros países de língua portuguesa. O cenário do “multilateralismo eficaz” é, enfim, um cenário em que todos ganham, sendo muitas as oportunidades para Portugal.

Todos os cenários, bons ou maus, comportam riscos e oportunidades. No entanto, arriscamos afirmar que os grandes riscos para Portugal advêm de cenários de rotura dos espaços geopolíticos em que o país se insere ou de divergência entre eles. Assim, podem conceber-se diversos cenários desfavoráveis decorrentes das ascensões dos BRIC.

Um dos riscos, por exemplo, é para a própria integridade do processo europeu, dilacerado pelas suas forças centrífugas. Com efeito, não se sugerindo de modo algum que possam estar em curso coordenações similares aos antigos “eixos” Berlim-Moscovo ou Berlim-Tóquio (ou um eventual eixo Berlim-Pequim), o facto todavia permanece de que teoricamente não é totalmente inconcebível que o “factor Rússia” – ou, mais improvavelmente, o “factor China” – possam introduzir alguma divergência no processo europeu. Nestas circunstâncias seria muito provável que a Europa se dividisse, visto que muitos países tenderiam a optar pela convergência com os EUA. Aliás, isto será tanto mais assim quanto os países europeus divergirem quanto ao que deve ser ou não, e em que grau, a modulação anti-russa da coordenação transatlântica. Vemos assim, que a ascensão ou ressurgimento da Rússia e, em menor escala, a ascensão da China, podem gerar turbulência na Europa. Por outro lado, num cenário de polarização da vida internacional, é quase inevitável que o processo de decisão na UE, mantendo-se esta unida, experimente, independentemente dos textos jurídicos, uma deriva no sentido do directório dos grandes, em detrimento da voz e da influência dos países médios e pequenos como Portugal.

Relativamente à ascensão da Índia não é muito evidente que esta, directamente, configure grandes oportunidades ou riscos para Portugal. Indirectamente sim, dependendo da geometria das alianças em que se envolver em cenários de polarização do sistema internacional. Já a ascensão do Brasil, sendo à partida aquela que parece configurar mais oportunidades para Portugal, também não é isenta de riscos, como vimos anteriormente.

Em síntese, se as posições das grandes potências se radicalizarem ou polarizarem muito, provavelmente Portugal terá de fazer escolhas que lhe limitam a liberdade de acção para a prossecução autónoma de interesses próprios, tanto mais dramáticas quanto maior for o grau de radicalização.

#### **d. Síntese conclusiva**

Experimentando um grau relativamente elevado de interdependência com o sistema internacional, é praticamente impossível que Portugal e os espaços geopolíticos que o país integra não sejam afectados pelo fenómeno do crescimento dos BRIC, sendo que a capacidade de Portugal influenciar este processo é muitíssimo limitada. Com este capítulo pretendemos validar a hipótese 4 – “Sendo um processo muito complexo e multifacetado, a ascensão dos BRIC configura simultaneamente oportunidades e riscos para Portugal”. Podemos talvez acrescentar que, embora todos os cenários contenham simultaneamente riscos e oportunidades, o funcionamento distendido do sistema internacional que decorre

da acomodação sem grande turbulência daquela ascensão é o que proporciona a Portugal mais e melhores oportunidades. Pelo contrário, a polarização do sistema poderá confrontar Portugal com escolhas difíceis, uma vez que o país tem interesses em espaços geopolíticos que, submetidos a forças centrífugas, podem romper-se ou divergir entre si.

## **6. Conclusões**

A expectativa de ascensão dos BRIC configura a possibilidade de uma alteração dramática da estrutura do sistema internacional nas próximas décadas, o que suscita o problema de, como aconteceu por diversas vezes no passado, a reposição de uma situação de equilíbrio se fazer à custa de grandes turbulências alimentadas por antagonismos irreconciliáveis. Uma confrontação global, porém, não é um desfecho inevitável.

Com efeito, à medida que respondíamos à QD1, verificámos que actualmente existe uma razoável probabilidade de as potências desenvolvidas e as potências emergentes cooperarem entre si, validando a H1. Primeiro, porque existem problemas que são realmente globais e que exigem uma resposta multilateral. Segundo, porque as potências emergentes consideram que os seus interesses de crescimento são melhor defendidos dentro da ordem económica em vigor, mesmo que discordem da forma como o poder aí está distribuído. Finalmente, porque as armas nucleares induzem alguma contenção, que se manifesta logo à partida em situações de conflito ou de conflito potencial que encerram o risco de uma escalada incontrolável.

No entanto, à medida que respondíamos à QD2 constatámos que, decorrentes da ascensão dos BRIC, estão em aberto muitos cenários que, a concretizarem-se, ameaçam a paz e a segurança internacionais, o que valida a H2. Assim, o papel que cada um dos BRIC vai ter na construção ou perturbação da ordem mundial depende de diversos factores e de muitas variáveis cujo comportamento é praticamente impossível determinar. Parece prevalecer, contudo, a tendência de as lideranças dos BRIC se concentrarem na resolução de problemas internos muito complexos, procurando a integração e um papel mais interventivo em mecanismos e estruturas de regulação regionais e globais para melhor defender os seus interesses próprios, que passam, entre outros, pelo desenvolvimento e modernização das respectivas capacidades militares.

Para contrariar dinâmicas de polarização do sistema internacional, a melhor opção é promover o bom funcionamento do multilateralismo. Com efeito, todo o sistema busca a ordem. Assim, quando o equilíbrio é perturbado, o problema não é tanto com a reposição do equilíbrio – visto que um qualquer novo equilíbrio será alcançado – mas sim com a

maneira como se passa de um patamar de equilíbrio para outro. Se quisermos fazer uma analogia com a ordem interna, digamos que se pode seguir uma via reformista ou, tendo deixado mais ou menos inadvertidamente que a tensão se fosse acumulando na sociedade, esperar que estale uma revolução. No caso da ordem mundial, reformar a ordem internacional ou esperar, por exemplo, que uma guerra mundial se encarregue de a refazer. Neste contexto, respondendo à QD3, verificámos que apesar da razoável conformação dos BRIC com a ordem internacional, nenhum deles está, ainda que em graus diferentes, inteiramente satisfeito com as suas responsabilidades na gestão do sistema. Para que essa relativa insatisfação não se transforme em oposição e, pelo contrário, as potências emergentes se revejam nos mecanismos de regulação do sistema internacional é desejável que, validando a H3, algumas das principais instituições internacionais sejam reformadas para reflectir as novas realidades geopolíticas.

À medida que fomos respondendo à QD4, verificámos que a ascensão dos BRIC oferece a Portugal simultaneamente oportunidades e riscos, o que nos permitiu validar a H4. Com efeito, o funcionamento distendido do sistema internacional que decorra da acomodação sem grande turbulência da ascensão dos BRIC é o que proporciona a Portugal mais e melhores oportunidades. Pelo contrário, a polarização ou disfunção do sistema, submetendo a forças centrífugas os espaços geopolíticos que Portugal integra, poderá confrontar o país com escolhas difíceis.

Finalmente, respondendo à QC que enunciámos no princípio deste trabalho, podemos concluir que se os BRIC assumirem maiores responsabilidades, mais consentâneas com as suas capacidades crescentes e o seu potencial de representatividade e legitimidade, nos mecanismos de regulação do sistema internacional, é mais provável que o multilateralismo funcione bem e que a transição para uma nova estrutura de distribuição do poder no sistema decorra sem graves roturas da ordem mundial (Apêndice III – Matriz Conceptual). Assim os principais actores poderão entender-se melhor uns com os outros, tornando menos provável a desordem mundial. Neste contexto, uma vez que o projectado crescimento económico dos BRIC deverá ser progressivo, e que, por outro lado, os quatro países já têm, de modo desigual é certo, um papel não negligenciável na ordem vigente, a ordem internacional em vigor tem flexibilidade para, com algumas adaptações, mas porventura também algumas inovações, acomodar esse crescimento.



## BIBLIOGRAFIA

### Livros e monografias

ALMEIDA, Políbio Valente de (1994). *Ensaio de Geopolítica*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

ALMEIDA, Políbio Valente de (1990). *Do Poder do Pequeno Estado: Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

BAYLIS, John, SMITH, Steve (2005). *The globalization of world politics: An introduction to international relations*. 3<sup>rd</sup> ed. New York: Oxford University Press.

BERBÉM, António Neves (2001). *O Atlântico (a) Sul como uma Questão Estratégica Mundializada*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

BESSA, António Marques (2004). Continentalidade e Maritimidade: A Política Externa dos Impérios e a Política Externa da China. In *Estudos sobre a China VII, Volume II*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

BESSA, António Marques (2004). Uma Visão sobre as Grandes Linhas da Política Externa Portuguesa nos Últimos Anos. In KNOPFLI, Francisco (Coord.). *As Políticas Exteriores de Brasil e Portugal: Visões Comparadas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

BESSA, António Marques, PINTO, Jaime Nogueira (2002). *Introdução à Política III: Ideologias, Regimes Políticos e Ordem Internacional*. Lisboa: Editorial Verbo.

BRZEZINSKI, Zbigniew (2008). La decisión de Putin, el futuro de Rusia. *Política Exterior*, num. 125. Septiembre/Octubre 2008 (pp 97-116).

BRZEZINSKI, Zbigniew (2007). *Second Chance: Three Presidents and the Crisis of American Superpower*. New York: Basic Books.

BRZEZINSKI, Zbigniew (2004). *The Choice: Global Domination or Global Leadership*. New York: Basic Books.

BRZEZINSKI, Zbigniew (1997). *The Grand Chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperatives*. New York: Basic Books.

BRZEZINSKI, Zbigniew, SCOWCROFT, Brent (2008). *America and the World: Conversations on the Future of American Foreign Policy*. New York: Basic Books.

BURROWS, Mathew J., HARRIS, Jennifer (2009). Revisiting the Future: Geopolitical Effects of the Financial Crisis [em linha]. In *The Washington Quarterly* April 2009



[referência de 21 de Março de 2009]. Disponível na Internet em <[http://www.twq.com/09april/docs/09apr\\_Burrows.pdf](http://www.twq.com/09april/docs/09apr_Burrows.pdf)>.

CARVALHO, Virgílio de (1993). *O lugar da Europa e de Portugal no mundo: ensaio geopolítico a propósito da Comunidade Europeia*. Porto: Centro de Cópias – António Silva Lemos.

CHACON, Vamireh (2004). O Brasil no seu Entorno Sul-Americano e Latino-Americano: Política Externa e Peso Regional. In KNOPFLI, Francisco (Coord.). *As Políticas Exteriores de Brasil e Portugal: Visões Comparadas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

CLARK, Ian (2009). Bringing hegemony back in: the United States and international order [em linha]. *International Affairs* 85: 1 (2009) 23–36 [referência de 21 de Fevereiro de 2009]. The Royal Institute of International Affairs. Disponível na Internet em <[http://www.chathamhouse.org.uk/files/13104\\_85\\_1clark.pdf](http://www.chathamhouse.org.uk/files/13104_85_1clark.pdf)>.

COUTO, Abel Cabral (1988). *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um curso, Volume 1*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

COUTO, Abel Cabral (1989). *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um curso, Volume 2*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

EDWARDS, John, KEMP, Jack, Chairs (2006). *Russia's Wrong Direction: What the United States Can and Should Do*. Independent Task Force Report No. 57. New York: Council on Foreign Relations.

FREITAS, Jorge M. Costa (1999). *A Escola Geopolítica Brasileira*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

FUKUYAMA, Francis (2006). *Depois dos Neoconservadores: A América na Encruzilhada*. Lisboa: Gradiva.

FUKUYAMA, Francis (2004). *A Construção de Estados: Governação e Ordem Mundial no Século XXI*. Lisboa: Gradiva.

FUKUYAMA, Francis (1992). *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa: Gradiva.

GILL, Bates, MURPHY, Melissa (2008). *China-Europe Relations: Implications and Policy Responses for the United States* [em linha]. A Report of the Center for Strategic and International Studies Freeman Chair in China Studies. May 2008 [referência de 31 de Outubro de 2008]. Washington: The CSIS Press. Disponível na Internet em <<http://www.csis.org/media/csis/pubs/080507-gill-chinaeuropereleations-web.pdf>>.



- GOLDSTEIN, Avery (2005). *Rising to the Challenge: China's Grand Strategy and International Security*. Stanford, California: Stanford University Press.
- GRANT, Charles, BARYSH, Katinka (2008). *Can Europe and China shape a New World Order?* [em linha] May 2008 [referência de 31 de Outubro de 2008]. Center for European Reform. Disponível na Internet em <[http://www.cer.org.uk/pdf/p\\_837.pdf](http://www.cer.org.uk/pdf/p_837.pdf)>.
- HAASS, Richard N. (2008a). The Age of Nonpolarity: What will follow U.S. dominance? *Foreign Affairs*, May/June 2008. Council on Foreign Relations.
- HUGHES, Barry B. (2007). *Forecasting Global Economic Growth with Endogenous Multifactor Productivity: The International Futures (Ifs) Approach* [em linha]. Frederick S. Pardee Center for International Futures [referência de 31 de Outubro de 2008]. Disponível na Internet em <<http://www.ifs.du.edu/assets/documents/MFPEconomicForecasting18.pdf>>.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1996). *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. Lisboa: Gradiva.
- KAGAN, Robert (2008). *The Return of History and the End of Dreams*. London: Atlantic Books.
- KISSINGER, Henry (2002). *Precisará a América de uma Política Externa*. Lisboa: Gradiva.
- KISSINGER, Henry (1994). *Diplomacy*. New York [etc.]: Simon & Schuster.
- MALTEZ, Adelino (2004). Pelo Atlântico, a Caminho do Sul. In KNOPFLI, Francisco (Coord.). *As Políticas Exteriores de Brasil e Portugal: Visões Comparadas*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- MANKOFF, Jeffrey (2009). *Eurasian Energy Security* [em linha]. Council on Foreign Relations. Council Special Report No. 43. February 2009 [referência de 21 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em <[http://www.cfr.org/content/publications/attachments/Eurasia\\_CSR43.pdf](http://www.cfr.org/content/publications/attachments/Eurasia_CSR43.pdf)>.
- MEDEIROS, Eduardo Raposo de (2003). *Economia Internacional*. 7ª ed., revista e actualizada. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- MOREIRA, Adriano (2008). *A Espuma do Tempo: Memórias do Tempo de Vésperas*. Coimbra: Almedina.
- MOREIRA, Adriano (2005). *Teoria das Relações Internacionais*. 5ª ed. Coimbra: Almedina.





- MOREIRA, Adriano (2004). *A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)*. 4ª ed. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- NYE, Jr., Joseph S. (2000). *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Gradiva.
- NYE, Jr., Joseph S. (2002). *O Paradoxo do Poder Americano*. Lisboa: Gradiva.
- PEÑA, Félix (2009). La integración del espacio sudamericano: ¿La Unasur y el Mercosur pueden complementarse? [em linha]. *Nueva Sociedad* N<sup>o</sup> 219, enero-febrero de 2009 [referência de 21 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em <[http://www.nuso.org/upload/articulos/3582\\_1.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/3582_1.pdf)>.
- PERKOVICH, George (2008). *Principles for Reforming the Nuclear Order* [em linha] Proliferation Papers Fall 2008. Paris: IFRI Security Studies Center. Disponível na Internet em <[http://www.ifri.org/files/Securite\\_defense/Perkovich\\_Reforming\\_Nuclear\\_Order.pdf](http://www.ifri.org/files/Securite_defense/Perkovich_Reforming_Nuclear_Order.pdf)>.
- QUINLAN, Joseph (2008). *The Shape of the Future: The Transatlantic Economy by 2025* [em linha]. Washington: The German Marshall Fund of the United States. Disponível na Internet em <[http://www.gmfus.org/publications/article.cfm?parent\\_type=Pid=393](http://www.gmfus.org/publications/article.cfm?parent_type=Pid=393)>.
- RAMONET, Ignacio (2002). *Guerras do Século XXI: Novos Medos, Novas Ameaças*. Porto: Campo das Letras.
- REGO, Helena Cristina (1999). *A Nova Rússia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- REVI, Aromar (2007). *Future Histories of India and China in the 21<sup>st</sup> Century* [em linha]. Maio de 2007 [referência de 31 de Outubro de 2008]. University of Denver. Disponível na Internet em <<http://www.ifs.du.edu/documents/reports.aspx>>.
- RUSSEL, James A. (2009). *Strategic Stability Reconsidered: Prospects for Escalation and Nuclear War in the Middle East* [em linha]. Proliferation Papers Spring 2009 [referência de 27 de Março de 2009]. IFRI Security Studies Center. Disponível na Internet em <[http://www.ifri.org/files/Securite\\_defense/PP26\\_Russell\\_2009.pdf](http://www.ifri.org/files/Securite_defense/PP26_Russell_2009.pdf)>.
- SANTOS, Victor Marques dos (2007). *Introdução à Teoria das Relações Internacionais: Referências de Enquadramento Teórico-Analítico*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- SAUNDERS, Phillip C., KASTNER, Scott L. (2009). Bridge Over Troubled Water? Envisioning a China-Taiwan Peace Agreement [em linha]. *International Security*, Vol. 33. No. 4 (Spring 2009), pp. 87-114 [referência de 9 de Abril de 2009]. Disponível na Internet





em

<<http://www.mitpressjournals.org/doi/pdfplus/10.1162/isec.2009.33.4.87?cookieSet=1>>.

SHAMBAUGH, David (2005). *Powershift: China and Asia's new dynamics*. Berkeley [etc.]: University of California Press.

SHIRK, Susan (2007). *China: fragile superpower*. New York [etc.]: Oxford University Press.

TERTRAIS, Bruno (2008). *Problématiques stratégiques en Asie a l' horizon 2025: essai de prospective*. Recherches & Documents n° 12/2008. Paris: Fondation pour la Recherche Stratégique.

TOMÉ, Luís (Coord.) (2008). *East Asia Today*. Lisboa: Prefácio.

TOMÉ, Luís (2007). O Grande Jogo Geopolítico nos Espaços do “Espaço Pós-Soviético”. *Geopolítica*, n.º 1, Setembro de 2007 (p. 187-240). Centro Português de Geopolítica.

VALASEK, Tomas (2008). *Why Ukraine matters to Europe* [em linha]. December 2008 [referência de 15 de Março de 2009]. London: Center for European Reform Essays. Disponível na Internet em <[http://www.cer.org.uk/pdf/essay\\_ukraine\\_dec08.pdf](http://www.cer.org.uk/pdf/essay_ukraine_dec08.pdf)>.

WILSON, Dominic, PURUSHOTHAMAN, Roopa (2003). *Dreaming with BRICs: The Path to 2050* [em linha]. Global Economics Paper n° 99 [referência de 31 de Outubro de 2008]. The Goldman Sachs Group, Inc. Disponível na Internet em <<http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/book/99-dreaming.pdf>>.

WILSON, Dominic, STUPNYTSKA, Anna (2007). You reap what you sow: Our Growth Environment Scores. In *BRICs and Beyond* [em linha]. November 2007 [referência de 25 de Outubro de 2008]. Goldman Sachs. Disponível na Internet em <<http://www2.goldmansachs.com/ideas/brics/BRICs-and-Beyond.html>>.

WITNEY, Nick (2008). *Re-energising Europe's Security and Defence Policy*. Cambridge: The European Council on Foreign Relations. Disponível na Internet em <[http://ecfr.3cdn.net/678773462b7b6f9893\\_djm6vu499.pdf](http://ecfr.3cdn.net/678773462b7b6f9893_djm6vu499.pdf)>.

ZAKARIA, Fareed (2008). *The Post-American World*. London: Allen Lane.

### **Documentos produzidos por entidades colectivas**

ALLIED COMMAND TRANSFORMATION. 2008. *Chiefs of Transformation Conference 2008 Analysis Report* [em linha]. 2008 [referência de 15 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em



<<http://www.act.nato.int/multiplefutures/COTC%2008%20Analysis%20Report%20FINAL.pdf>>.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. 2008. *The World Factbook* [em linha]. [referência de 21 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>>.

CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL. 2003. *Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2003*, de 20 de Dezembro de 2002. Diário da República – I Série-B n.º 16, de 20 de Janeiro de 2003.

EUROPEAN UNION. 2003. *A Secure Europe in a Better World: European Security Strategy* [em linha]. 12 December 2003 [referência de 31 de Outubro de 2008]. Brussels. Disponível na Internet em <<http://ue.eu.int/uedocs/cmsUpload/78367.pdf>>.

FREEDOM HOUSE. 2008. *Freedom in the World 2008* [em linha]. [referência de 31 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em <<http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=363&year=2008>>.

GERMAN MARSHALL FUND OF THE UNITED STATES. 2009. *Transatlantic Taskforce on Development Report - Toward a Brighter Future: A Transatlantic Call for Renewed Leadership and Partnerships in Global Development* [em linha]. [referência de 21 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em <[http://www.gmfus.org/taskforce/GMF6694\\_Taskforce\\_FINAL.pdf](http://www.gmfus.org/taskforce/GMF6694_Taskforce_FINAL.pdf)>.

GOLDMAN SACHS (2001). *Building Better Economic BRICs*. Global Economic Papers n.º 66. November 30, 2001.

G-20 (2009). *London Summit – Leaders’ Statement* [em linha]. 2 April 2009 [referência de 4 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em <[http://www.g20.org/Documents/g20\\_communique\\_020409.pdf](http://www.g20.org/Documents/g20_communique_020409.pdf)>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. 2009. *A Actividade Económica 2007* [em linha]. Lisboa, 2009 [referência de 16 de Março de 2009]. Disponível na Internet em <[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=59511266&PUBLICACOESstema=55448&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=59511266&PUBLICACOESstema=55448&PUBLICACOESmodo=2)>.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. 2008. *Key World Energy Statistics 2008* [em linha]. Paris: AIE, 2008 [referência de 25 de Outubro de 2008]. Disponível na Internet em <[http://www.iea.org/textbase/nppdf/free/2008/key\\_stats\\_2008.pdf](http://www.iea.org/textbase/nppdf/free/2008/key_stats_2008.pdf)>.



MINISTERE DE LA DEFENSE. 2008. *Défense et Sécurité nationale: Le Livre Blanc* [em linha]. [referência de 31 de Outubro de 2008]. Paris: Odile Jacob/La Documentation Française. Disponível na Internet em <[http://www.defense.gouv.fr/livre\\_blanc](http://www.defense.gouv.fr/livre_blanc)>.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. 2008. *Global Trends 2025: A Transformed World* [em linha]. Washington, DC: US Government Printing Office. November 2008 [referência de 31 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em <[http://www.dni.gov/nic/NIC\\_2025\\_project.html](http://www.dni.gov/nic/NIC_2025_project.html)>.

NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL. 2004. *Mapping the global future* [em linha]. Washington, DC: NIC. December 2004 [referência de 21 de Outubro de 2008]. Disponível na Internet em <[http://www.dni.gov/nic/NIC\\_2020\\_project.html](http://www.dni.gov/nic/NIC_2020_project.html)>.

THE TIMES HIGHER EDUCATION. 2008. *QS World University Rankings* [em linha]. [referência de 31 de Outubro de 2008]. Disponível na Internet em <[http://www.topuniversities.com/worlduniversityrankings/results/2008/overall\\_rankings/fullrankings/](http://www.topuniversities.com/worlduniversityrankings/results/2008/overall_rankings/fullrankings/)>.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. 2008. *2008 Corruption Perceptions Index* [em linha]. [referência de 3 de Novembro de 2008]. Disponível na Internet em <[http://www.transparency.org/news\\_room/in\\_focus/2008/cpi2008/cpi\\_2008\\_table](http://www.transparency.org/news_room/in_focus/2008/cpi2008/cpi_2008_table)>.

UNIÃO EUROPEIA. 2008. *Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança: Garantir a Segurança num Mundo em Mudança* [em linha]. 11 de Dezembro de 2008 [referência de 15 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em <[http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms\\_Data/docs/pressdata/PT/reports/104638.pdf](http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressdata/PT/reports/104638.pdf)>.

UNION OF CONCERNED SCIENTISTS. 2009. *UCS Satellite Database* [em linha]. [Referência de 4 de Março de 2009]. Disponível na Internet em <[http://www.ucsusa.org/nuclear\\_weapons\\_and\\_global\\_security/space\\_weapons/technical\\_issues/ucs-satellite-database.html](http://www.ucsusa.org/nuclear_weapons_and_global_security/space_weapons/technical_issues/ucs-satellite-database.html)>.

UNITED KINGDOM CABINET OFFICE. 2008. *The National Security Strategy of the United Kingdom: Security in an interdependent world* [em linha]. [referência de 31 de Outubro de 2008]. Disponível na Internet em <[http://interactive.cabinetoffice.gov.uk/documents/security/national\\_security\\_strategy.pdf](http://interactive.cabinetoffice.gov.uk/documents/security/national_security_strategy.pdf)>.

UNITED KINGDOM MINISTRY OF DEFENCE. 2007. *The DCDC Global Strategic Trends Programme 2007-2036* [em linha]. January 2007 [referência de 31 de Outubro de 2008]. The Development, Concepts and Doctrine Centre. Disponível na Internet em



<[http://www.mod.uk/NR/rdonlyres/4DFA218B-7B49-4EDB-82BD-770928C6334F/0/20071218\\_strat\\_trends\\_prog\\_U\\_DCDCIMAPPS.pdf](http://www.mod.uk/NR/rdonlyres/4DFA218B-7B49-4EDB-82BD-770928C6334F/0/20071218_strat_trends_prog_U_DCDCIMAPPS.pdf)>.

UNITED NATIONS. 2005a. *In larger freedom: towards development, security and human rights for all* [em linha]. New York, 2005 [referência de 31 de Outubro de 2008]. Disponível na Internet em <<http://www.un.org/largerfreedom/contents.htm>>.

UNITED NATIONS. 2005b. *Millenium Development Goals Report 2005* [em linha]. New York, 2005 [referência de 31 de Outubro de 2008]. Disponível na Internet em <<http://unstats.un.org/unsd/mi/pdf/MDG%20Book.pdf>>.

UNITED NATIONS. 2004. *A more secure world: Our shared responsibility* [em linha]. New York, 2004 [referência de 31 de Outubro de 2008]. Report of the Secretary-General's High-level Panel on Threats, Challenges and Change. Disponível na Internet em <<http://www.un.org/secureworld/report2.pdf>>.

UNITED NATIONS. 1945. *Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice*. New York: United Nations.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. 2007. *Fighting climate change: Human solidarity in a divided world* [em linha]. Human Development Report 2007/2008. New York, 2007 [referência de 31 de Outubro de 2008]. Disponível na Internet em <[http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_20072008\\_EN\\_Complete.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_EN_Complete.pdf)>.

UNITED NATIONS POPULATION FUND. 2008. *The State of World Population 2008* [em linha]. New York, 2008 [referência de 16 de Março de 2009]. Disponível na Internet em <<http://www.unfpa.org/swp/2008/presskit/docs/en-swop08-report.pdf>>.

UNITED STATES DEPARTMENT OF DEFENSE. 2008. *Military Power of the People's Republic of China* [em linha]. Annual Report to Congress 2008 [referência de 4 de Janeiro de 2009]. Office of the Secretary of Defense. Disponível na Internet em <<http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2008/2008-prc-military-power.htm>>.

WEAPONS OF MASS DESTRUCTION DESTRUCTION COMMISSION. 2006. *Final Report – Weapons of Terror: Freeing the World of Nuclear, Biological and Chemical Arms*. Stockholm, Sweden, 1 June 2006.

WORLD BANK. 2007. *Global economic prospects: Managing the next wave of globalization* [em linha]. Washington, DC, 2007 [referência de 31 de Outubro de 2008]. Disponível na Internet em <[48](http://www-</a></p></div><div data-bbox=)



wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/IW3P/IB/2006/12/06/000112742\_20061206155022/Rendered/PDF/381400GEP2007.pdf>.

WORLD ECONOMIC FORUM. 2006a. *China and the World: Scenarios to 2025* [em linha]. World Scenarios Series. [referência de 31 de Outubro de 2008]. Disponível na Internet em <[http://www.weforum.org/pdf/scenarios/China\\_report.pdf](http://www.weforum.org/pdf/scenarios/China_report.pdf)>.

WORLD ECONOMIC FORUM. 2006b. *Russia and the World: Scenarios to 2025* [em linha]. World Scenarios Series. [referência de 31 de Outubro de 2008]. Disponível na Internet em <[http://www.weforum.org/pdf/scenarios/Russia\\_report.pdf](http://www.weforum.org/pdf/scenarios/Russia_report.pdf)>.

WORLD ECONOMIC FORUM. 2005. *India and the World: Scenarios to 2025* [em linha]. World Scenarios Series. [referência de 31 de Outubro de 2008]. Disponível na Internet em <[http://www.weforum.org/pdf/scenarios/India\\_report.pdf](http://www.weforum.org/pdf/scenarios/India_report.pdf)>.

WORLD ECONOMIC FORUM. 2008. *The Global Competitiveness Report 2008-2009* [em linha]. [referência de 31 de Outubro de 2008]. Disponível na Internet em <<http://www.weforum.org/en/initiatives/gcp/Global%20Competitiveness%20Report/index.htm>>.

YALE AND COLUMBIA UNIVERSITIES. 2008. *2008 Environmental Protection Index* [em linha]. [referência de 4 de Novembro de 2008]. Disponível na Internet em <<http://epi.yale.edu/CountryScores>>.

### **Artigos em jornais e revistas**

AMADO, Luís (2008). A crise e a União Europeia. *Público*. 1 de Novembro de 2008 p. 45.

BOTKIN, Daniel B. (2008). Energy Independence: The limits of nuclear power. *The International Herald Tribune* [em linha]. 20 October 2008 [referência de 21 de Outubro de 2008]. Disponível na Internet em <<http://www.iht.com/articles/2008/10/20/opinion/edbotkin.php?page=1>>.

CHELLANEY, Brahma (2008). Obstacles to overcome in the development of a concert of Asia-Pacific democracies. *The Japan Times* [em linha]. 20 February 2008 [referência de 24 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em <<http://search.japantimes.co.jp/cgi-bin/eo20080220bc.html>>.

HAASS, Richard N. (2008b). The World that Awaits. *Newsweek* [em linha]. 3 November 2008 [referência de 28 de Outubro de 2008]. Disponível na Internet em <<http://www.newsweek.com/id/165648>>.



HUNTINGTON, Samuel P. (2005) Culture, Power, and War: What Roles for Turkey in the new Global Politics. *Today's Zaman* [em linha]. Istanbul. 24 May 2005 [referência de 31 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em <<http://www.todayszaman.com/tz-web/detaylar.do?load=detay&link=20005>>.

MOREIRA, Adriano (2009). A multidão. *Diário de Notícias* [em linha]. 24 de Fevereiro de 2009. Disponível na Internet em <[http://dn.sapo.pt/2009/02/24/opiniao/a\\_multidao.html](http://dn.sapo.pt/2009/02/24/opiniao/a_multidao.html)>.

RANIS, Gustav, FRIEDMAN, Edward (2008). Underdevelopment and Aid: Search for a Right Balance, Part I and Part II. *YaleGlobal Online*. 27 and 29 October 2008 [referência de 31 de Outubro de 2008]. Disponível na Internet em <<http://yaleglobal.yale.edu/display.article?id=11520>>.

THE ECONOMIST (2008a). *A taxonomy of trouble*. October 25<sup>th</sup> 2008 77-78.

THE ECONOMIST (2008b). *Enigma Variations: A special report on Russia*. November 29<sup>th</sup> 2008.

THE ECONOMIST (2008c). *An elephant, not a tiger: A special report on India*. December 13<sup>th</sup> 2008.

THE ECONOMIST (2008d). *The second Long March*. December 13<sup>th</sup> 2008 p. 29-31.

### Sítios da Internet

- <<http://www.eda.europa.eu>> Agência Europeia de Defesa
- <<http://www.iea.org>> Agência Internacional de Energia
- <<http://www.iaea.org>> Agência Internacional de Energia Atómica
- <<http://www.imf.org>> Fundo Monetário Internacional
- <<http://www.mdn.gov.pt>> Ministério da Defesa Nacional
- <<http://www.un.org>> Nações Unidas
- <<http://www.nato.int>> Organização do Tratado do Atlântico Norte
- <<http://www.wto.org>> Organização Mundial do Comércio
- <<http://www.oecd.org>> Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos
- <<http://www.rand.org>> RAND (*Research and Development*) Corporation
- <<http://europa.eu>> União Europeia
- <<http://en.wikipedia.org>> Wikipédia



## **LISTA DE APÊNDICES**

- Apêndice I – Glossário de termos e conceitos**
- Apêndice II – Indicadores de poder, Indicadores de desenvolvimento e Estrutura do comércio externo dos BRIC**
- Apêndice III – Matriz conceptual do TII**





## **Apêndice I**

### **Glossário de termos e conceitos**

#### **Acordos de Bretton Woods**

Acordos assinados em 1944, dos quais resultou a criação do FMI e do Banco Mundial. Estes acordos, juntamente com o GATT, constituem a ordem económica e financeira internacional que se estabeleceu no fim da Segunda Guerra Mundial e que, com algumas adaptações na década de 70, vigorou basicamente no Ocidente até ao fim da Guerra Fria (o mundo comunista auto excluía-se do sistema; a integração das economias do Terceiro Mundo no sistema foi-se fazendo, mas de forma relativamente dispersa). O período entre as guerras, em que o comércio internacional não se desenvolvera, caracterizara-se por uma diminuição da produção industrial e pela maior crise financeira mundial de sempre (a crise de 1929, a que se seguiu a maior depressão do século XX), pelo que os EUA, numa posição de grande preponderância na época, lideraram a construção de medidas para a liberalização do comércio e da economia mundial, que se consubstanciaram nos acordos (Medeiros, 2003: 163 a 167).

#### **Agências especializadas das Nações Unidas**

Organizações que garantem o funcionamento de numerosos “sistemas” globais especializados. Entre estas incluem-se a FAO, a UNESCO, a OMS, a OMT, a ICAO e a UNCTAD. As agências especializadas são organizações autónomas, que trabalham e se coordenam, de diversas formas e com intensidade variável, com a estrutura das NU.

#### **Banco Mundial**

Uma das cinco instituições que formam o Grupo do Banco Mundial. Estabelecido em 1945, o Banco Mundial foi criado para facilitar a reconstrução e o desenvolvimento no pós-guerra na Europa, tendo a sua missão entretanto evoluído. Actualmente o Grupo do Banco Mundial visa promover o desenvolvimento em países com médios e baixos rendimentos através de empréstimos para execução de projectos, programas de ajustamento estrutural e consultoria.

#### **Bipolarização do sistema internacional**

Fenómeno que se verifica quando os Estados do sistema internacional tendem a agrupar-se em dois grandes blocos de alianças. Este fenómeno de bipolarização precedeu as duas guerras mundiais do século XX, tendo igualmente caracterizado, embora com um desfecho pacífico, a Guerra Fria entre as duas superpotências nucleares EUA e URSS.

#### **BRIC**

Acrónimo que designa o conjunto de países formado pelo Brasil, a Rússia, a Índia e a China. O termo foi cunhado pela Goldman Sachs (2001) para designar, entre as economias emergentes, o grupo de países em que os investimentos prometiam melhores retornos. Os BRIC integram algumas formações de países de geometria variável em negociações multilaterais no quadro de organizações internacionais, como por exemplo a OMC, mas não constituem um agrupamento geopolítico ou um bloco económico. Devem notar-se, porém, indícios recentes de coordenação das políticas externas destes quatro países em algumas questões específicas da agenda internacional. Assim, em 2008, em Yekaterinburg, na Rússia, reuniu pela primeira vez uma cimeira dos BRIC. E em Março de 2009, pouco tempo antes da cimeira económica do G20, realizada em Londres a 2 de Abril de 2009, os quatro países emitiram declarações independentes, mas coordenadas, reclamando a reforma do FMI, em cuja arquitectura institucional os BRIC pretendem ter uma voz mais poderosa, para melhor o adaptar à nova situação financeira global.





### **Carta das Nações Unidas**

Assinada inicialmente em 1945 por 51 Estados reunidos na Conferência de S. Francisco, a Carta cria as Nações Unidas como a organização supranacional por excelência. A Carta define a estrutura das Nações Unidas (cujos órgãos principais são a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Económico e Social, o Conselho de Tutela, o Tribunal Internacional de Justiça e o Secretariado), os poderes de cada órgão e os direitos e obrigações dos Estados. A Carta é, assim, o documento legal que limita o uso da força às situações de legítima defesa e que reserva ao Conselho de Segurança (CSNU) a autorização para forçar a reposição colectiva da paz. A ONU reúne hoje 192 países.

### **Choque de civilizações**

Expressão utilizada em 1993 no título de um artigo publicado por Samuel P. Huntington na *Foreign Affairs*. Mais tarde, Huntington (1996) desenvolveria o conceito num livro. Basicamente, Huntington contesta a tese do “Fim da História” (Fukuyama, 1992), advogando que no pós-Guerra Fria não acabam os conflitos e que, nestes, as partes tenderão a agrupar-se segundo identidades culturais e religiosas. A tese foi criticada e suscitou algumas iniciativas a diversos níveis para fomentar o diálogo inter-cultural.

### **Concerto**

Refere-se ao papel desempenhado por um determinado grupo de grandes potências, baseado em normas de consentimento mútuo, para garantir a ordem num determinado espaço (Baylis e Smith, 2006: 770). Neste contexto, designa-se por Concerto Europeu o arranjo estabelecido pelo Congresso de Viena que pretendeu repor a normalidade depois da perturbação causada pelas Guerras Napoleónicas. A instituição, que visava também o objectivo de preservar a autoridade das monarquias contra os movimentos liberais e nacionalistas na Europa, foi creditada com a paz na Europa entre as grandes potências durante mais de 50 anos. O concerto é também o princípio que vigora no CSNU, onde cinco potências são membros permanentes e dispõem do direito de veto.

### **Desarmamento e Controlo de Armamentos**

Desarmamento é a redução ou abolição de armamentos; controlo de armamentos é qualquer restrição ou regulamentação relativamente à concepção, produção, dispositivo, protecção, controlo, transferência, emprego ou ameaça de emprego de armas (Couto, 1989: 161). Estas actividades tiveram importância na Guerra Fria. Nuns casos apenas entre as superpotências, como o tratado, entretanto denunciado pelos EUA em 2002, que limitava o número de locais que cada superpotência podia proteger com sistemas de defesa contra mísseis balísticos (Tratado ABM) ou algumas séries de tratados e acordos bilaterais de limitação e de redução de armas estratégicas (SALT I e II, START I e II, INF, SORT). Um exemplo de tratado multilateral é o tratado CFE, cujas estipulações iniciais foram concebidas no contexto da Guerra Fria. Adaptado em 1999, não foi ratificado pelos países da OTAN, o que é motivo de alguma tensão com a Rússia. Outros exemplos são as convenções para banir armas químicas e biológicas, os regimes de controlo da tecnologia de mísseis, ou o CTBT (que ainda não entrou em vigor por falta de ratificações).

### **Direito de veto**

Situação em que qualquer um dos cinco membros permanentes do CSNU pode impedir a adopção de uma resolução por parte deste órgão. O primeiro princípio da ordem internacional estabelecida pela Carta das Nações Unidas é o da igualdade soberana de todos os seus membros: na Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual todos os membros têm assento, cada membro tem direito a um voto e as decisões, dependendo da questão, são tomadas por maioria simples ou qualificada. Mas já na altura era claro que as realidades do poder global tinham de ser acomodadas, se realmente se pretendia que a



organização desempenhasse um papel significativo em questões de segurança (Brzezinski, 2004: 8). Por isso o CSNU, que tem a responsabilidade primária pela manutenção da paz e da segurança internacional, tem um número fixo de 15 membros (até 1963 eram 11), cinco dos quais, as potências consideradas vencedoras da segunda guerra mundial, são membros permanentes: os EUA; a França; o Reino Unido; a República Popular da China, que a partir de 1971 substituiu Taiwan; e a Rússia, que herdou o lugar da União Soviética. Os 10 membros não permanentes do Conselho (até 1963 eram seis) são eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de dois anos. No CSNU cada membro tem direito a um voto e todas as decisões exigem uma maioria de nove votos em 15. Mas, excluindo questões processuais, essa maioria tem de incluir os votos favoráveis (ou pelo menos a abstenção) dos 5 membros permanentes. Ou seja, estes 5 têm o chamado *direito de veto*. Como afirma Brzezinski, “esta fórmula era um reconhecimento tácito de que a soberania nacional era cada vez mais uma ilusão para todos excepto alguns países muito poderosos” (2004: 8).

### **Equilíbrio de poder**

Refere-se a um equilíbrio de poder entre Estados ou grupos de Estados. Pode ser um objectivo de um Estado (a Inglaterra, por exemplo, historicamente procurou preservar o equilíbrio do poder no continente europeu, visto que poder equilibrado é poder anulado; o conceito de coligação do *Midland Ocean*, de Mackinder, que esteve na origem da OTAN, visava a percebida necessidade de equilibrar a potência continental que era a URSS; etc.) ou, como alguns defendem, uma tendência que ocorre quase naturalmente no sistema internacional. Para Couto, por exemplo, um dos pressupostos fundamentais em que assenta a análise das relações internacionais ao nível sistémico é o de que “todo o sistema busca o equilíbrio e regularidade de funcionamento, isto é, contém em si mecanismos que lhe permitem, quando sujeito a uma perturbação, reagir e retomar uma posição de equilíbrio, por forma a tentar evitar a sua rotura ou a garantir a sua sobrevivência” (Couto, 1988: 13).

### **Estrutura do sistema internacional**

Ou estrutura de distribuição do poder no sistema internacional, refere-se normalmente ao número de grandes potências no sistema internacional (ver “Polaridade”). Daí que se possa dizer que a estrutura do sistema é unipolar, bipolar ou multipolar. Além destas estruturas básicas, podem surgir outras designações, como uni-multipolar (Huntington, 2005) ou, para designar uma certa desestruturação, não-polar (Haass, 2008a).

### **Fim da História/Regresso da História**

Com a implosão do sistema comunista, a dissolução do Pacto de Varsóvia e a fragmentação da União Soviética estendeu-se a praticamente todo o globo o sistema económico de mercado. Pensou-se, por seu turno, que depois da Guerra Fria o CSNU poderia começar finalmente a ocupar na ordem internacional o vazio deixado pelo fim da ordem bipolar. Na Guerra do Golfo, para expulsar as forças iraquianas do Kuwait, os EUA mobilizaram uma vasta coligação de países, legitimada pelo CSNU. Por outro lado, a última década do século XX assistiu a uma proliferação de operações de apoio à paz sob a égide das NU. E durante algum tempo parecia que “o mundo seria submetido ao modelo político democrático, ao modelo económico de mercado, e ao modelo de segurança da paz pelo direito” (Moreira, 2005: 64), o “fim da História” de Fukuyama (1992: 315 a 325). No entanto, sucessivos acontecimentos na Somália, no Ruanda ou na ex-Jugoslávia, bem como as crises no estreito de Taiwan ou os ensaios nucleares da Índia e do Paquistão, entre muitas outras situações, vieram a pouco e pouco repor limitações de ordem política e militar ao papel das NU para garantir, colectivamente, nos termos previstos pela Carta, a segurança da Humanidade. Mais recentemente, Kagan (2008), obviamente glosando a expressão de Fukuyama, utiliza a expressão “Regresso da História” no título de um livro



(*The Return of History and the End of Dreams*), no qual advoga que o mundo poderá polarizar-se em dois agrupamentos de países: as democracias (onde inclui o Ocidente, o Japão e a Índia) e os autoritarismos (onde inclui a Rússia e a China).

### **Fundos e Programas das Nações Unidas**

Instituições das Nações Unidas que, basicamente, vão minorando os efeitos de inúmeras catástrofes provocadas ou não pela actuação humana. Entre eles incluem-se a UNICEF, o PNUD, o PAM e o ACNUR.

### **Fundo Monetário Internacional**

O FMI foi estabelecido em 1945 para promover a cooperação económica internacional e a estabilidade cambial, promover a expansão do comércio internacional, fornecer assistência financeira temporária a países que tenham problemas com o equilíbrio da balança de pagamentos, etc. No FMI, cujos estatutos foram sofrendo algumas alterações para o adaptar à evolução da própria situação mundial, designadamente o fim da paridade entre o dólar e o ouro que em 1971 pôs fim ao sistema das taxas de câmbio fixas, o número de votos de cada um dos 185 Estados-membros (no momento da criação eram 45) é proporcional à subscrição da quota no Fundo, a qual é determinada através de um sistema de coeficientes de ponderação, que inclui a importância da economia do país na economia mundial e o peso de cada país no comércio internacional (Medeiros, 2003: 801).

### **G7 (Grupo dos sete países mais industrializados do mundo)**

Estabelecido em 1975 como o G5 (França, Alemanha, Japão, Reino Unido e EUA); subsequentemente alargado à Itália e Canadá. O G7 colabora semi-formalmente em problemas económicos, reunindo normalmente ao nível dos Ministros das Finanças.

### **G8 (Grupo dos Oito)**

Corresponde ao alargamento do G7 em 1998 à Federação Russa. Porém, não substitui o G7. Os chefes de Estado e de governo do G8 reúnem-se em cimeiras anuais.

### **G20 (grupo das 20 maiores economias desenvolvidas e emergentes do mundo)**

É o grupo formado pelos Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais das 20 maiores economias industrializadas e emergentes (G7, BRIC, UE, Austrália, Argentina, Indonésia, México, África do Sul, Coreia do Sul, Arábia Saudita e Turquia) que, colectivamente, representam 85% do PIB e 80% do comércio mundiais, bem como cerca de dois terços da população total mundial. O G20<sup>43</sup> foi criado em 1999, mas reuniu-se a nível de cimeira pela primeira vez apenas no final de 2008, em Washington, por causa da crise económica e financeira internacional. A cimeira económica do G20 reuniu-se de novo em 2 Abril de 2009, em Londres, com a crise em pano de fundo.

### **Ganhos relativos**

Expressão que se emprega em estudos estratégicos a propósito da avaliação do poder de um Estado. Neste contexto, os Estados não se preocupam propriamente com o aumento do poder absoluto dos seus potenciais rivais, mas sim com os ganhos relativos. Por vezes estas considerações constroem a cooperação. Por exemplo, um país, mesmo que em termos absolutos perca um pouco com isso, pode adoptar práticas proteccionistas em relação a um rival, se este perder mais em termos relativos. Note-se que a manutenção

---

<sup>43</sup> Não confundir este G20 com um outro grupo de 20 países em desenvolvimento (que, por acaso, integra diversos países do G20 que tratamos no texto do trabalho), que é um bloco que emergiu em 2003, em Cancún, na 5ª reunião ministerial da OMC, para, dito de uma forma algo simplificada, lutar contra as práticas proteccionistas dos países desenvolvidos, que impedem o acesso dos países em desenvolvimento aos seus mercados agrícolas. É neste quadro, aliás, que se filia em grande parte o fracasso das mais recentes negociações, no Verão de 2008, em Genebra, da ronda de Doha da OMC.



de um mesmo diferencial de poder pode implicar alterações no poder relativo (se A tiver 150 “unidades de poder” e B tiver 50, e ambos aumentarem 50 – para respectivamente 200 e 100 “unidades de poder” – o diferencial de poder mantém-se – 100 – mas a superioridade relativa de A diminui do triplo para o dobro). Estes cálculos podem alimentar comportamentos que são explicados pela teoria da assimetria de poderes, entre outras.

### **GATT (Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio)**

Estabelecido em 1947. Tinha 122 membros quando foi absorvido pela Organização Mundial do Comércio, fundada em 1995. O GATT coordenou 8 “rondas” de negociações multilaterais para reduzir as restrições dos Estados ao comércio de mercadorias.

### **Governança global**

Sistema, em evolução, de coordenação política formal e informal – a níveis diversos, desde o nível local ao nível global – entre autoridades públicas (Estados e organizações internacionais) e agências privadas (ONG e outros actores) visando realizar propósitos comuns ou resolver problemas colectivos através da elaboração e implementação de normas, programas e políticas globais ou transnacionais (Baylis e Smith, 2006: 773). Também se refere à arquitectura, relativamente pouco consistente por enquanto, de regulação global, simultaneamente normativa e institucional (ver também “ordem internacional” e “regulação do sistema internacional”), que constrange a conduta dos actores do sistema internacional. Contém muitos elementos: organizações internacionais; direito internacional; organizações transnacionais; elementos da sociedade civil global; e princípios normativos partilhados (Baylis e Smith, 2006: 773).

### **Integração**

Um processo de união cada vez mais estreita entre Estados, num contexto regional (regionalização) ou internacional. Frequentemente o processo começa com a cooperação para resolver problemas técnicos ou de ordem funcional. A integração deveria, por via de regra, contribuir para a ordem mundial. Mas, na verdade, nem sempre é linear esse contributo por diversas razões, entre as quais a de que, frequentemente, a unificação política de um espaço leva ao aparecimento de projectos expansionistas, cujo fito pode ser, apenas, o de consolidar a unidade através da definição política desse espaço por oposição a outro actor (numa analogia com o que alguns Estados fazem quando definem um inimigo externo para manter a coesão interna do regime). Ou seja, um determinado ordenamento regional (como a UE ou o MERCOSUL) ou inter-regional pode ajudar a conter ou regular tensões e diferendos numa dada região, mas também pode adquirir características expansionistas reais, ou como tal percebidas por outros, gerando fenómenos de choque e polarização. É o problema da Rússia olhar a OTAN (que entre outras funções contém e regula alguns factores de divergência nas relações transatlânticas) como uma ameaça, ou dos EUA olharem da mesma forma para a SCO (que tem funções similares nas relações entre a Rússia e a China). Assim, uma coordenação ligeira pode transformar-se numa ligação mais estreita, um projecto defensivo pode adquirir contornos expansionistas, etc. Por outro lado, qualquer processo de integração pode suscitar resistências internas, quando é percebida uma tentação de estabelecimento da hegemonia de um estado director ou de um directório não aceite pelos outros. Esse é um problema muito próprio do processo europeu (que pode ser mais ou menos explorado por quem esteja interessado em explorar as forças centrífugas para travar a integração), que se agudiza em tempos de crise, mas explica também em parte o anti-americanismo que, com diferentes graduações, praticamente desde sempre foi possível identificar na Aliança Atlântica.



### **Interdependência**

Uma condição onde Estados (ou pessoas) são afectados por decisões tomadas por outros; por exemplo, uma decisão de aumentar as taxas de juro nos EUA automaticamente exerce uma pressão para aumentar as taxas de juro noutros Estados (Baylis e Smith, 2006: 774). A interdependência pode ser simétrica ou assimétrica.

### **Multilateralismo**

A tendência para os aspectos funcionais das relações internacionais (como a segurança, o comércio, ou a gestão ambiental) serem organizados em torno de um grande número de Estados, ou universalmente, em vez de o serem por acção unilateral do Estado (Baylis e Smith, 2006: 776).

### **Não Proliferação Nuclear**

O Tratado de Não Proliferação Nuclear (NPT), assinado em 1968, é a pedra angular do regime de não proliferação e contém três incentivos para que os países que não têm armamento nuclear se mantenham nessa situação: segurança (garantida pelos membros permanentes do CSNU – os P5 – e pelo facto de não terem vizinhos que as possuam); cooperação tecnológica; e progressivo desarmamento nuclear dos P5. A AIEA, uma organização do universo NU criada em 1957, cujo director-geral reporta directamente ao CSNU e à AGNU, tem a tarefa de prevenir o perigo de as tecnologias nucleares, a que os países legitimamente têm acesso através da cooperação tecnológica, não serem utilizadas apenas para fins pacíficos. A existência de outras potências nucleares para além dos P5 – para já Índia<sup>44</sup>, Paquistão, Israel e Coreia do Norte – é um evidente factor de perturbação da “ordem nuclear” estabelecida, até porque pode provocar “efeitos de dominó” nos respectivos contextos regionais. Em 2006 existiam no mundo cerca de 27000 ogivas nucleares, 12000 das quais prontas para ser empregadas (WMDC, 2006: 17). Destas, mais de 90% pertenciam aos EUA e à Rússia.

### **Ordem internacional**

O padrão normativo e institucional das relações entre Estados. Pode considerar-se que os elementos desta ordem incluem aspectos como a soberania, as formas de diplomacia, o direito internacional, o papel das grandes potências ou os códigos que circunscrevem o uso da força. É uma condição de estabilidade e previsibilidade nas relações dos Estados (Baylis e Smith, 2006: 775). Ver “Governança global” e “Regulação do sistema internacional”.

### **Ordem mundial**

Pode considerar-se uma categoria de ordem que é avaliada na base do grau a que a Humanidade como um todo usufrui de certos bens básicos como a segurança, o bem-estar e a justiça (Bailys e Smith, 2005: 782). Neste contexto, um Estado que garante estes bens básicos à população que reside na área da sua jurisdição, sem para isso perturbar a ordem na sua região ou no mundo, já está a contribuir, à sua escala, para a ordem mundial (e um

---

<sup>44</sup> Têm-se argumentado que o acordo nuclear civil entre a Índia e os EUA, que é visto como uma forma de os EUA contrabalançarem a China, pode, independentemente dos seus méritos, minar o NPT, porque introduz mais um factor de tensão na “ordem nuclear”. Para o acordo produzir efeitos é necessário abrir uma excepção às regras acordadas no NSG, fundado em 1974, visto que os países do NSG não podem exportar tecnologia e combustível nucleares para a Índia, que não é subscritora do NPT. Neste contexto, a China, que só é membro do NSG desde 2004, já fez saber que tenciona vender dois reactores nucleares ao Paquistão, um país que também não subscreveu o NPT e, tendo obtido em tempos tecnologia e *know-how* nucleares chineses para construir o seu arsenal nuclear, tem um preocupante registo de proliferação (Coreia do Norte, Líbia e talvez outros). O Canadá e o Brasil, por razões diferentes, com interesses próprios porque são exportadores de urânio, têm mostrado algum desconforto com a situação que está a ser criada, porque sentem que lhes pode estar a ser vedado o lucrativo mercado de enriquecimento de urânio. Ver Perkovich (2008).





Estado falhado é sempre uma contribuição negativa para a ordem mundial, por si só e pelas consequências negativas da eventual confluência, nesse vazio de poder, de interesses conflituais de terceiras potências).

### **Organização Mundial do Comércio**

Fundada em 1995, tem 153 membros, sendo a Conferência Ministerial o seu órgão máximo. Herdeira do GATT, o objectivo da OMC é diminuir ao máximo as barreiras ao comércio, evitando os proteccionismos de diversos tipos. Tem uma agenda vasta, cobrindo questões ligadas a serviços, propriedade intelectual e investimento, bem como o comércio de mercadorias. Integra um mecanismo de resolução de disputas. Actualmente as negociações na OMC são marcadas pela chamada Agenda de Desenvolvimento de Doha, ou Ronda de Doha (do nome da capital do Qatar onde, em 2001, se realizou a 4ª conferência ministerial da organização), no fundo, e em resumo, um conjunto de negociações comerciais visando baixar as tarifas e os subsídios agrícolas na Europa e nos Estados Unidos, bem como proteger patentes e nomes de marcas contra violações dos direitos de propriedade intelectual sobretudo na Ásia.

### **Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económicos**

Fundada em 1962, integra os cerca de 30 países com economias industriais avançadas (inclui os países do G7, praticamente todos os países da União Europeia, o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália e outros). Constitui um fórum para consultas intergovernamentais multilaterais num vasto conjunto de questões económicas e sociais.

### **Polaridade do sistema internacional**

Refere-se à distribuição do poder no sistema internacional (ver “Estrutura do sistema internacional”). Assim, o sistema internacional pode ter uma configuração unipolar (seria o caso de um Estado Mundial ou Império Mundial; a seguir ao fim da Guerra Fria, Charles Krauthammer designou a situação de distribuição do poder no sistema internacional nos anos 90 do século XX como o “momento unipolar” dos EUA), bipolar (como na Guerra Fria), ou multipolar (como na Europa do século XIX; ou, como alguns advogam, a situação para que se caminha hoje no sistema internacional). Samuel P. Huntington (2005) empregou o termo uni-multipolar para descrever a actual distribuição do poder no sistema internacional: *“This means two things. First, with respect to major international issues the single superpower is usually able to veto the actions of combinations of other major powers. Second, the single superpower can effectively resolve key international issues only in cooperation with some of the other major states”*. Também se usa a expressão uni-multipolar para dizer que o sistema é unipolar no plano global, mas multipolar (sendo os EUA sempre um dos pólos) nos principais contextos regionais. A designação da polaridade nem sempre sugere o padrão das interacções. Por exemplo, um sistema internacional multipolar, a expressão entendida como uma forma de descrever em termos estáticos a distribuição do poder ou estrutura do sistema, tanto pode caracterizar-se por um multilateralismo em que os pólos se concertam para garantir o funcionamento das interdependências globais; como se pode caracterizar por diversas áreas de poder relativamente autárquicas que coexistem sem interagir umas com as outras, podendo ainda, neste contexto, conceber-se o equilíbrio de diversas formas (por exemplo, com ou sem recurso a um actor com papel de balanceiro); como se pode caracterizar por fenómenos de atracção e repulsão entre os pólos que, em última análise, podem evoluir para uma bipolarização altamente radicalizada em dois campos antagónicos (como aconteceu antes e durante as duas guerras mundiais e, com um desfecho diferente, a Guerra Fria).



### **Proteccionismo**

É uma política económica que visa restringir o comércio e o investimento entre nações, através da imposição de tarifas sobre produtos importados, quotas, subsídios e outras regulamentações concebidas para desencorajar as importações e impedir o domínio estrangeiro sobre mercados ou empresas nacionais, proteger postos de trabalho nacionais, etc. A teoria das vantagens comparativas diz que o proteccionismo, impedindo o comércio livre, implica sempre perdas para todos em termos absolutos; mas o proteccionismo tem sido uma opção em determinados contextos (mais atraente para quem apesar de tudo julgue perder menos em termos relativos, principalmente quando as interdependências são assimétricas). Normalmente atribui-se ao proteccionismo a Grande Depressão dos anos de 1930 e, em última análise, uma das principais causas da Segunda Guerra Mundial. Este espectro, dramatizado ao ponto de alguns *opinion makers* terem falado no risco de uma “desglobalização” se algumas tendências proteccionistas recentes não fossem atalhadas, esteve presente na cimeira de Londres do G20, em Abril de 2009.

### **Regulação do sistema internacional**

A regulação dos inevitáveis diferendos que resultam da interação e interdependência dos actores é condição fundamental de estabilidade do sistema internacional. Se não houvesse interdependência, a ordem mundial resultaria da soma das ordens locais ou regionais. E a problemática da regulação do sistema internacional provavelmente não se colocaria se as desordens locais não pudessem contagiar negativamente as ordens regionais, ou se desordens regionais não pudessem levar ao caos global. Conceptualmente pode identificar-se um nível de interdependência global e diversos níveis de interdependência regional (de escala sub-continental, continental ou intercontinental). Como exemplos de *mecanismos de regulação regional* à escala continental ou sub-continental podem considerar-se a UE, a UA (e organizações sub-regionais africanas como a SADC ou a CEDEAO), a SAARC, a NAFTA, o MERCOSUL ou a ASEAN. Estes agrupamentos têm finalidades diferentes: integração económica; integração político-estratégica; regulação de fluxos económicos e comerciais; criação de uma atmosfera de confiança; etc. Como exemplos de *mecanismos de regulação ou coordenação inter-regional ou intercontinental*, mais uma vez com grande diversidade de finalidades, podem elencar-se a OTAN (Europa e América do Norte), a OEA (Américas), a SCO (China, Ásia Central e Rússia), a APEC (países dos continentes ribeirinhos do Pacífico), o Fórum Regional da ASEAN (além dos países ASEAN, a China, o Japão, os EUA, a Rússia, a União Europeia e outros) e o Fórum IBSA (Índia, Brasil, África do Sul). Alguns mecanismos estão altamente institucionalizados em organizações (OTAN e UE, por exemplo), outros são muito incipientes (por exemplo, as negociações entre as 6 partes, SPT, para a desnuclearização da Coreia). Uns, como as SPT, incluem o “país-problema”; outros, como o P5+1, não (o P5+1 não inclui o Irão). Uns têm definição sobretudo de base geográfica, outros definição de base funcional (OPEP, OCDE). Finalmente, o *mecanismo de regulação global* institucional por excelência é o sistema das Nações Unidas.

### **Segurança colectiva**

Refere-se a um sistema em que cada Estado aceita que a segurança de um é preocupação de todos e acorda juntar-se numa resposta colectiva à agressão (Baylis e Smith, 2006: 770). Foi o princípio fundador da Liga das Nações, a qual falhou porque os seus membros foram incapazes de adoptar uma acção concertada contra o imperialismo japonês ou o expansionismo alemão e italiano na Europa e em África. O princípio foi retomado na Carta das NU. No entanto, à medida que, durante a Guerra Fria, a rivalidade ideológica e geopolítica entre o Ocidente e a URSS se foi acentuando, o mundo dividiu-se



em dois blocos polarizados em Washington e Moscovo, ambos acusando-se mutuamente de promoverem políticas expansionistas. Neste contexto, não pôde funcionar nem o ideal de segurança colectiva nem a forma de o pôr em prática. A configuração bipolar da distribuição do poder e a rivalidade entre os pólos dificultava o concerto. O CSNU foi posto entre parênteses (Moreira, 2005: 301) e a segurança colectiva preconizada na Carta das NU foi substituída pela “Ordem dos Pactos Militares” (Moreira, 2005: 301).

### **Teorias (ou Escolas) de relações internacionais**

Havendo muitas, com diversas ramificações e sempre a serem enriquecidas com novos contributos e críticas, classicamente podem considerar-se duas: o realismo e o liberalismo. O realismo parte da premissa que o sistema internacional é um sistema anárquico e que os Estados buscam a sua segurança através da deliberada aquisição de mais poder; a guerra não é o estado natural das relações internacionais, mas os comportamentos dos Estados são ditados, em última análise, pela perspectiva de que ela é possível. O liberalismo parte da premissa de que a guerra não é inevitável e que, através de instituições e regras apropriadas, é possível evitá-la.

### **Unilateralismo**

Comportamento de que os EUA começaram a ser acusados depois do fim da Guerra Fria e que se caracteriza por ignorar as instituições multilaterais de regulação das interdependências, incluindo as alianças. Em particular, após a invasão do Iraque em 2003, a qual dividiria profundamente o CSNU e a própria OTAN (a intervenção da OTAN na Sérvia e no Kosovo em 1999, à revelia do CSNU, também suscitara intenso debate na OTAN, mas os Aliados acabaram por seguir os EUA). Na época, o Secretário da Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, referiu-se pejorativamente à “velha Europa” (por oposição a uma “nova Europa”, grosso modo os países que tinham entrado na OTAN em 2004, mais predisposta a alinhar com os EUA); e o comentador e cientista político norte-americano Robert Kagan sentenciou que os “americanos são de Marte” e os “europeus são de Vénus”. Os EUA foram então acusados de confundirem a diferença entre ser uma “nação indispensável” e uma nação que dispensa todas as outras, incluindo alguns dos seus mais antigos aliados, recorrendo ocasionalmente a coligações *ad hoc*. Em breve, porém, ficaria demonstrada a incapacidade dos norte-americanos para sozinhos resolverem eficazmente todos os problemas do mundo. Por outro lado, com o seu unilateralismo, aos EUA não era reconhecida a indispensável legitimidade. E, sem legitimidade, a sua força – e, provavelmente, a falta de vocação dos EUA para comandarem um império despótico – revelou-se insuficiente para garantir a eficácia. Os EUA estavam a alienar o apoio, quando não a suscitar a resistência, dos principais actores que podiam ser envolvidos nas soluções. A partir de 2006, e em particular com a nova administração entrada em 2009, os EUA parecem querer suavizar esta postura.





## Apêndice II

### Indicadores de poder, Indicadores de desenvolvimento e Estrutura do comércio externo dos BRIC

Tabela 1 – Indicadores de poder<sup>45</sup>

	Japão	Alemanha	França	R.Unido	EUA	Rússia	China	Índia	Brasil
Superfície (10 <sup>3</sup> Km <sup>2</sup> )	378	357	547	245	9827	17075	9597	3288	8512
População (10 <sup>6</sup> )	127	82	62	61	304	141	1330	1148	196
População est 2050 (10 <sup>6</sup> )	103	74	68	69	402	108	1408	1658	254
PIB (10 <sup>12</sup> US\$)	4,38	3,32	2,56	2,77	13,84	1,29	3,25	1,10	1,31
PIB (% total mundial)	8%	6%	4,7%	5,1%	25,3%	2,4%	6%	2%	2,4%
FMI (n.º votos)	6,02%	5,88%	4,86%	4,86%	16,77%	2,69% <sup>46</sup>	3,66%	1,89%	1,38%
Ogivas Nucleares	-	-	<350	160	4075	5200 <sup>47</sup>	160-400	100-140	-
Satélites operacionais <sup>48</sup>	39	15	18	22	443	91	54	18	8
Porta-aviões em serviço	-	-	1	2	11	1	-	1	1
DespMil2007 (10 <sup>9</sup> US\$)	43,6	36,9	53,6	59,7	546,8	35,4	58,3	24,3	15,3
Univ. Top100 mundial	5	3	1	17	37	0	4	0	0
Patentes por milhão resid.	857	158	155	62	244	135	16	1	1
Imp. energia (% total) a)	82%	62%	51%	21%	32%	b)	7%	24%	9%
Imp. petróleo (% total) a)	98%	95%	96%	10%	64%	b)	46%	67%	14%

**Fontes:** CIA, 2008 (Superfície, População e PIBs); FMI (<http://www.imf.org/external/np/sec/memdir/members.htm>) Wikipedia (ogivas nucleares e porta-aviões); SIPRI (<http://milexdata.sipri.org/result.php4>), para despesas militares; Union of Concerned Scientists Satellite Database; The Times Higher Education - QS World University Rankings 2008; Human Development Report 2007/2008; Key World Energy Statistics 2008, OCDE/AIE; UNPFA, 2008: 86 a 95 (População 2050).

**Notas:** a) Relativamente às importações de energia e de petróleo, consideraram-se as importações líquidas, porque alguns países são simultaneamente exportadores e importadores. b) A Rússia é um exportador líquido de energia e de petróleo: só consome cerca 54% do total de 1220 megatoneladas equivalentes de petróleo que produz anualmente e cerca de 30% dos quase 10 milhões de barris de petróleo que produz diariamente.

<sup>45</sup> Esta tabela pretende comparar os países mais industrializados (subtraímos ao G7 a Itália e o Canadá para tornar o quadro menos pesado) com os BRIC. A ordem dos países foi pensada para, tendo os países mais desenvolvidos de um lado e os BRIC do outro, os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança ficarem juntos no meio. Por outro lado, o G4, um grupo informal de 4 países candidatos a membros permanentes do CSNU, fica nas duas extremidades da tabela.

<sup>46</sup> A Rússia só aderiu ao FMI em 1992 (Rego, 1999: 409).

<sup>47</sup> Estima-se que, em reserva ou em processo de desmantelamento, os EUA tenham mais cerca de 5500 e a Rússia mais cerca de 8800 ogivas nucleares.

<sup>48</sup> Estima-se que estejam em órbita (4/3/2009) 905 satélites operacionais. Dos 443 satélites norte-americanos estima-se que 111 sejam militares, 120 governamentais, 204 comerciais e 8 civis. Estima-se que a Rússia tenha entre 35 e 40 satélites militares e a China entre 10 e 15 (Union of Concerned Scientists Satellite Database, 2009). Toda a infra-estrutura espacial, deve notar-se, qualquer que seja o país a que pertença, é muito vulnerável.

**Tabela 2 – Indicadores de desenvolvimento económico, social e político<sup>49</sup>**

	EUA	Alemanha	Japão	Brasil	Rússia	Índia	China
PIB per capita (US\$) a)	45800	34100	33500	9500	14800	2600	5400
Taxa de Urbanização b)	82%	74%	66%	86%	73%	29%	43%
Competitividade global c)	1º	7º	9º	64º	51º	50º	30º
Condições para o crescimento d)	18º	14º	23º	88º	80º	99º	58º
Protecção ambiental e)	39º	13º	21º	34º	28º	120º	105º
Desenvolvimento humano f)	12º	22º	8º	70º	67º	128º	81º
Percepções de corrupção g)	18º	14º	18º	80º	147º	85º	72º
Direitos civis e políticos h)	Livre (1,0)	Livre (1,0)	Livre (1,0)	Livre (2,0)	Não livre (5,5)	Livre (2,5)	Não livre (6,5)

a) CIA, 2008. Em Paridade do Poder de Compra.

b) UNPFA, 2008: 86 a 95.

c) Posição entre 134 países no Índice de Competitividade Global 2008 do Fórum Económico Mundial (<http://www.weforum.org/en/initiatives/gcp/Global%20Competitiveness%20Report/index.htm>).

d) Wilson e Stupnytska, 2006: 101. Os autores apresentam uma lista ordenada de 170 países, resultante da combinação de diversos indicadores relativos a condições ideais para o crescimento sustentado.

e) Posição entre 149 países no Índice de Protecção Ambiental 2008 preparado pelas Universidades de Yale e Columbia (<http://epi.yale.edu/CountryScores>).

f) Posição entre 175 países no Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas ([http://hdr.undp.org/en/media/HDR\\_20072008\\_EN\\_Complete.pdf](http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_EN_Complete.pdf)).

g) Posição entre 180 países no Índice de Percepções de Corrupção da *Transparency International* ([http://www.transparency.org/news\\_room/in\\_focus/2008/cpi2008/cpi\\_2008\\_table](http://www.transparency.org/news_room/in_focus/2008/cpi2008/cpi_2008_table)). Os EUA e o Japão apresentam a mesma posição porque o índice admite classificações ex-aequo.

h) Neste indicador, incluído no relatório *Freedom in the World 2008*, da *Freedom House*, a classificação varia entre 1,0 e 7,0, dos países mais livres para os menos livres (<http://www.freedomhouse.org/uploads/Chart116File163.pdf>).

**Tabela 3 – Estrutura do comércio externo**

	EUA	Alemanha	Japão	Brasil	Rússia	Índia	China
Importações bens e serviços (% do PIB)	15	35	11	12	22	24	32
Exportações bens e serviços (% do PIB)	10	40	13	17	35	21	37
Exportações de matérias-primas e produtos agrícolas (% do total exportações)	15	10	4	46	60	29	8
Exportações produtos manufacturados (% do total exportações)	82	83	92	54	19	70	92
Exportações alta tecnologia (% do total exportações de produtos manufacturados)	31,8	16,9	22,5	12,8	8,1	4,9	30,6

Fonte: UNDP, 2007: 285 (dados de 2005).

<sup>49</sup> Nesta e na próxima tabela não pretendemos tanto pôr em evidência a hierarquia do poder, mas sim o contraste entre níveis de desenvolvimento, podendo portanto tornar o quadro menos pesado através da eliminação, em relação à tabela anterior, de 2 países europeus (a França e o Reino Unido).



### Apêndice III

#### Matriz conceptual do TII

Questão Central	Questões Derivadas	Hipóteses	Validação
<i>Como vai a influência crescente dos BRIC reflectir-se na regulação do sistema internacional?</i>	Quais os grandes problemas mundiais que enquadram e interagem com o fenómeno do crescimento do poder dos BRIC no sistema internacional?	Os desafios com que a estabilidade do sistema internacional é confrontada hoje favorecem a cooperação entre as potências desenvolvidas e as potências emergentes.	Capítulo 2 <b>Validada</b>
	A evolução da situação interna e dos contextos regionais dos BRIC facilitam a sua participação na solução das grandes questões que afectam a ordem mundial?	No futuro, em grande parte dependendo das escolhas dos BRIC e dos outros grandes actores mundiais, o crescimento dos BRIC tanto pode acrescentar problemas como facilitar a solução das grandes questões que afectam a ordem mundial.	Capítulo 3 <b>Validada</b>
	Que papel devem ter os BRIC nos mecanismos de regulação global e dos complexos regionais em que cada um se insere?	A assunção de maiores responsabilidades por parte dos BRIC, consentâneas com as suas capacidades crescentes e o seu potencial de representatividade e legitimidade, melhora o funcionamento dos mecanismos de regulação do sistema internacional.	Capítulo 4 <b>Validada</b>
	Para Portugal, as principais possibilidades de evoluções do sistema internacional decorrentes do crescimento dos BRIC configuram oportunidades ou riscos?	Sendo um processo muito complexo e multifacetado, a ascensão dos BRIC configura simultaneamente oportunidades e riscos para Portugal.	Capítulo 5 <b>Validada</b>
<b>Resposta à Questão Central</b>			
Se os BRIC assumirem nos mecanismos de regulação do sistema internacional maiores responsabilidades, mais consentâneas com as suas capacidades crescentes e o seu potencial de representatividade e legitimidade, é mais provável que o multilateralismo funcione bem e que a transição para uma nova estrutura de distribuição do poder no sistema decorra sem graves perturbações da ordem mundial. Uma vez que o projectado crescimento económico dos BRIC deverá ser progressivo, e que os quatro países já têm um papel não negligenciável na ordem vigente, a ordem internacional em vigor tem flexibilidade para, com algumas adaptações, acomodar esse crescimento.			